

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	14
5.5 - Alterações significativas	21
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	22

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	23
10.2 - Resultado operacional e financeiro	52
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	55
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	56
10.5 - Políticas contábeis críticas	58
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	61
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	62
10.8 - Plano de Negócios	63
10.9 - Outros fatores com influência relevante	65

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### (a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de controlar e mitigar riscos financeiros, operacionais, estratégicos e de *compliance*. A última versão da Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de dezembro de 2020.

### (b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos é estabelecer e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos da Companhia, permitindo a identificação, avaliação, priorização, tratamento, monitoramento e comunicação e razoável redução do grau de incerteza no alcance dos objetivos e preservação do valor da Companhia.

Além disso, a Política de Gerenciamento de Riscos adota as seguintes diretrizes para mitigar todas as incertezas a que está exposta e lhe que possam impactar negativamente: (i) fortalecer a filosofia de gerenciamento de riscos como parte da cultura empresarial da Companhia, sua missão, visão e valores; (ii) adequar o planejamento estratégico da Companhia e a tratativa dos riscos a ele associados ao perfil de risco estabelecido pelo Conselho de Administração; (iii) gerenciar, de forma proativa e abrangente, os riscos associados aos processos de negócio, de gestão e de suporte mantendo-os em um nível de exposição alinhado com o perfil de risco da Companhia; (iv) empreender ações de gerenciamento de risco de forma a otimizá-lo de modo eficaz, eficiente, econômico e efetivo; (v) garantir a autonomia no processo de gerenciamento dos riscos e a segregação de funções entre os tomadores de riscos, os responsáveis pela implantação de controles para mitigação dos riscos e os responsáveis pelo seu monitoramento; (vi) prezar pela transparência e prestação de contas a todas as partes interessadas da Companhia sobre os principais riscos e suas iniciativas para endereçá-los.

### (i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia procura obter proteção para os diversos riscos identificados nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência que possam oferecer impactos negativos aos objetivos traçados pela administração da Companhia. Dessa forma, a Companhia busca proteção aos principais grupos de risco aos quais está exposta, quais sejam: (a) Estratégico: riscos que podem impedir ou afetar o atingimento das decisões estratégicas da Companhia para os objetivos do seu negócio e definidas em seu planejamento estratégico, incluindo, mas não se limitando, ao risco político; (b) Financeiros: riscos que podem implicar em perdas financeiras, decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico e nas tendências de mercado, refletidos no comportamento das taxas de juros, do câmbio, da inflação, do emprego, da renda, do endividamento, da escolha dos investimentos financeiros, dos preços das ações, dentre outros; (c) Operacionais: riscos que podem implicar em perdas financeiras e danos de imagem, decorrentes de desvios operacionais relacionados aos controles internos, processos, sistemas de informação, gerenciamento de recursos, meio ambiente, fraudes, dentre outros; (d) Compliance: riscos relacionados às sanções legais ou regulatórias, de perda

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos, da ética e conduta e das políticas internas.

Para tanto, a Companhia possui uma Matriz de Riscos que compreende seus principais riscos corporativos, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos negócios da Companhia. Dentre esses riscos, destacamos alguns que foram considerados de maior probabilidade: (i) falha na compra e negociações de produtos com o fornecedor; (ii) falha na entrega do produto por parte do fornecedor; (iii) aumento de custos de transportes para valores impraticáveis; (iv) perda de conhecimento e/ou stakeholders chave; (v) excesso dos produtos nos Centros de Distribuição; (vi) ruptura de estoque; (vii) abertura de cadastros falsos (contas novas ou renovações); (viii) transações suspeitas/realizadas por fraudadores; (ix) falhas na proteção e na segurança de dados sensíveis relacionados tanto às credenciais dos usuários finais quanto a outras informações trocadas com o objetivo de efetuar transações de pagamento; (x) perdas decorrentes de falhas no sistema de tecnologia da informação; e (xi) falhas decorrentes do aumento de incidência de vírus e ataques em sistemas.

### **(ii) Instrumentos utilizados para proteção**

Visando promover a proteção contra os riscos inerentes às atividades da Companhia, a Política de Gerenciamento de Riscos dispõe que a Companhia deverá adotar uma Matriz de Riscos, a qual visa a classificar referidos riscos corporativos, considerando as dimensões de impacto e probabilidade de ocorrência para fins de priorização e gestão, para os quais foram delimitados indicadores de risco e performance para o seu monitoramento.

Referidos indicadores são revisados periodicamente, pelo Conselho de Administração, o qual adota as devidas providências sempre que se apresentam sinais de ameaça à estratégia e aos negócios da Companhia. Vale ressaltar que a Matriz de Riscos é revisada periodicamente pelo Conselho de Administração, ou a qualquer momento, considerando as circunstâncias e a mudança na sua magnitude de impacto e seu cumprimento é periodicamente monitorado pela Diretoria, pelo Comitê de Auditoria, pela Auditoria Interna, pela área de Controles Internos e *Compliance*, pelos Gestores das áreas de negócios e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Para os riscos classificados como de probabilidade alta, são exemplos de algumas das medidas mitigadoras adotadas pela Companhia: (i) análise de relatórios de estoque e projeção de vendas, garantindo o correto volume de compra; (ii) padronização no processo de escolha de fornecedores; (iii) análise de relatórios de margem de precificação aderente em relação a demais players do mercado; (iv) revisão periódica de contrato com fornecedores, garantindo que exista cláusula prevendo a responsabilidade de entrega do fornecedor; (v) distribuição do portfólio de fornecedores, evitando concentração; (vi) análise de relatórios de número de fornecedores para um mesmo produto; (vii) estudo de internalização dos serviços de transporte por meio de aquisição e operação de frota própria, tempo necessário e impactos econômicos; (viii) formação de novos líderes e estabelecimento de processos operacionais padrão; (ix) relatórios de acompanhamento de vendas e nível de estoques; (x) cálculo de projeções de vendas nas promoções; (xi) sistema Fraudviewer (alertas preventivos por perfis e características de regras

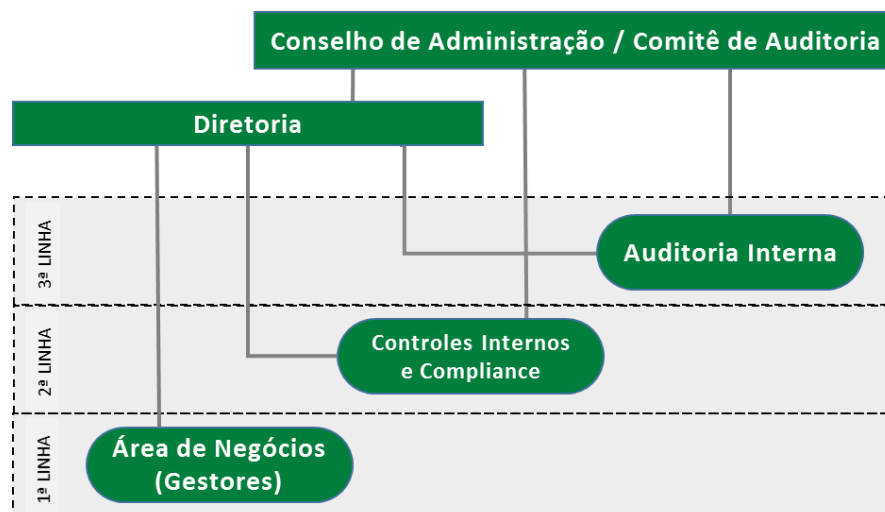
## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

cadastradas) com a verificação da qualidade veracidade/ investigação e análise das informações de cadastro e dos documentos apresentados e digitalizados; (xii) alimentação e acompanhamento de indicadores; (xiii) auditoria cadastral - confrontos de dados da Proposta de Adesão, CPF, comprovantes de renda e residência com o Sistema Safe-Doc (assinaturas, validade e qualidade de documentos e livre de rasuras, comprometimento de renda, digitalização conforme a captura - padrão original, letras e alinhamento, formatação e de acordo com às constantes do Sistema); (xiv) monitoramento do uso da internet em todos os computadores e dispositivos móveis conectados à rede corporativa; (xv) utilização de regras de controle de autenticação de usuários (quantidade e complexidade de senhas, periodicidade); (xvi) controle de acessos internos e externos dos serviços WEB; (xvii) políticas, procedimentos, controles, indicadores, e monitoramento para segurança das instalações físicas da empresa e de terceiros; (xviii) orientação de utilização, proteção contra vírus em micros domésticos, arquivos transportados ou transmitidos e aqueles que dispõem de equipamento fixo ou móvel; (xvix) monitoramento das transações para identificação e correção das falhas; (xx) monitoramento dos ativos e da comunicação com as ações de correção internas e com terceiros; (xxi) monitoramento dos Níveis de Serviços de Terceiros; e (xxii) melhoria contínua dos processos, operações, atividades e negócios com a implementação de ações preventivas.

### (iii) a Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

A Política de Gerenciamento de Riscos adotada pela Companhia, define e comunica os papéis e responsabilidade dos principais agentes envolvidos no processo de gestão de riscos, buscando a construção e implantação de um modelo que capture as experiências, percepções e os melhores conjuntos de informações disponíveis para a tomada de decisão.

Dessa forma, a Companhia, com base nas melhores práticas de mercado em gestão de riscos realiza a gestão dos riscos inerentes às suas atividades por meio do Conselho de Administração, Diretoria, área de Controles Internos e *Compliance*, Gestores das áreas de negócios, Comitê de Auditoria, e Auditoria Interna, que devem observar suas competências, permitindo o cumprimento adequado de suas responsabilidades no processo, fortalecendo os níveis de governança corporativa, conforme observado no fluxo e descrição abaixo:



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Compete ao **Conselho de Administração** da Companhia:

- A.** estabelecer as estratégias e diretrizes de risco para a Companhia;
- B.** definir a metodologia corporativa de gestão de riscos pautada em uma visão integrada e sistêmica, que possibilita um ambiente de contínuo monitoramento dos riscos nos mais diversos níveis hierárquicos da Companhia;
- C.** monitorar a efetividade da estrutura e do processo de gerenciamento de riscos da Companhia;
- D.** aprovar as políticas e procedimentos relacionados ao gerenciamento de riscos;
- E.** aprovar todas as informações apresentadas ao mercado relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos, suas atividades e resultados apurados;
- F.** assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pela Companhia;
- G.** revisar periodicamente a Matriz de Riscos e os respectivos indicadores de performance (KPI) e indicadores de riscos (KRI) existentes para o monitoramento da mitigação destes riscos;
- H.** assegurar autonomia operacional ao Comitê de Auditoria, aprovando orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; e
- I.** receber, por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Auditoria Interna e da área de Controles Internos e Compliance, avaliando, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento destas são suficientes ao desempenho de suas funções.

Compete à **Diretoria**, como órgão colegiado da Companhia:

- A.** implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, respeitando e fazendo todos os demais profissionais respeitarem as suas definições;
- B.** supervisionar o processo de gerenciamento de riscos;
- C.** elaborar uma Matriz de Riscos abrangendo os principais riscos corporativos, baseados na sua probabilidade de ocorrência e a magnitude do seu impacto; os controles internos ou endereçamentos existentes ou necessários para mitigá-los e os indicadores de performance (KPI) e os indicadores de riscos (KRI) para o seu monitoramento;
- D.** acompanhar os indicadores de performance (KPI) e os indicadores de riscos (KRI) estabelecidos com base na Matriz de Riscos e realizando as devidas ações ou medidas corretivas que forem necessárias;
- E.** definir, em conjunto com a área de Controles Internos e *Compliance*, os planos de ação para a mitigação dos riscos; e
- F.** consolidar e comunicar os riscos da Companhia ao Conselho de Administração.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Compete à **área de Controles Internos e *Compliance***, estrutura autônoma que se reporta ao Comitê de Auditoria:

- A.** administrar, implementar e monitorar o sistema de gerenciamento de riscos;
- B.** fornecer informações precisas, íntegras e suficientes sobre o gerenciamento de riscos;
- C.** fornecer apoio às áreas de negócios no que tange o processo de gerenciamento de riscos;
- D.** avaliar os riscos identificados pelos Gestores das áreas de negócios da Companhia; e
- E.** propor limites para exposição aos riscos e sugerir, avaliar e monitorar as ações com objetivo de reduzir a exposição a riscos.

Compete aos **Gestores** das áreas de negócios da Companhia:

- A.** identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócios;
- B.** comunicar os riscos identificados, tempestivamente, à área de Controles Internos e *Compliance*;
- C.** assegurar a operacionalização do gerenciamento de riscos, implementando ações preventivas e corretivas aos riscos identificados em suas áreas de negócios; e
- D.** desenvolver processos e procedimentos, treinamentos e formas de comunicação que permitam a disseminação de forma consistente, do gerenciamento de riscos na Companhia.

Compete ao **Comitê de Auditoria** da Companhia:

- A.** fornecer ao Conselho de Administração avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a qualidade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia;
- B.** avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e
- C.** acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de Controles Internos e *Compliance* e reportar suas atividades ao Conselho de Administração, que avaliará, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento destas são suficientes ao desempenho de suas funções.

Compete à **Auditoria Interna**, estrutura autônoma que reporta os assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos ao Comitê de Auditoria da Companhia:

- A.** aferir a qualidade e efetividade do processo de gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia de forma independente, imparcial e tempestiva.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos****(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

Com base nas informações descritas nesta seção 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos é adequada.

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar e monitorar a qualidade e a efetividade da política de gerenciamento de riscos da Companhia.

A Área de Auditoria Interna monitora a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia entende que a área de Auditoria Interna possui estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

Para o gerenciamento dos riscos de mercado, a Companhia utiliza a Política de Gerenciamento de Riscos, citada no item 5.1(a) e (b), deste Formulário de Referência, não possuindo uma política específica formalmente aprovada.

A Companhia entende que os principais riscos aos quais está exposta são tratados nas práticas e objetivos específicos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria da Companhia e está constantemente os monitorando. Adicionalmente, a Companhia entende que a sua Política de Gerenciamento de Riscos atualmente adotada, possibilita o gerenciamento eficaz dos riscos de mercado inerentes às atividades da Companhia.

**(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado****(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possam impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo, tal como o desaquecimento do varejo no cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, pela determinação de limites para transações com derivativos e pelo monitoramento constante das posições assumidas. Os principais riscos relacionados às atividades da Companhia, consistem nas variações da taxa de juros e de câmbio, na gestão de capital e na gestão de liquidez da Companhia.

**Risco de taxa de câmbio**

A Companhia está exposta a taxas de câmbio decorrentes de algumas transações em moeda estrangeira, conforme descrito na seção 4.2 deste Formulário de Referência. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas, por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger 100% a variação de taxa de câmbio destes contratos em moeda estrangeira atrelando a taxas de juros do CDI.

**Risco de taxa de juros**

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao CDI, relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais e em dólar norte-americano, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito na seção 4.2 deste Formulário de Referência. Este risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um mix apropriado de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

De forma a avaliar e mitigar os impactos das variações de taxas de juros no resultado, a Diretoria realiza simulações de cenários com refinanciamentos, renovações, novas linhas de endividamento e diferentes premissas macroeconômicas. O Comitê de Auditoria revisa o endividamento atual e os limites de crédito pré-aprovados e acompanha a exposição da



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Companhia a flutuações nas taxas de juros.

**(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

Como estratégia de gerenciamento de riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio, podemos fazer uso de diversos instrumentos de derivativos como swaps, NDF (contrato a termo de moeda sem entrega física) e opções. A escolha por cada tipo de contrato vai depender da natureza da operação, prazo e de condições de mercado, tais como liquidez dos contratos. A contratação desse instrumento financeiro é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que nossa Administração pretende cobrir. Administramos esses instrumentos pela definição de estratégias operacionais e controles internos lastreada em nossas operações e não utilizamos tais instrumentos com outros propósitos que não de proteção (*hedge*).

Além disso, nossa gestão de riscos tem como princípio a proteção para gerenciar riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Fazemos uso de instrumentos financeiros exclusivamente para hedge de itens financeiros. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações. Não efetuamos aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

**(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a Companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original.

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo de amortização, cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme CPC 46, os quais referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, outros créditos, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e fornecedores convênios, obrigações com conveniadas partes relacionadas – passivo, contas a pagar por aquisição de investimento e PAES a pagar são equivalentes aos seus valores contabilizados.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuros e descontados a valor

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

presente considerando taxas de mercado atuais para cada operação.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos de ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

		Controladora			
		31/12/21		31/12/20	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível					
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	2	267.808	241.136	375.743	354.512
		Consolidado			
		31/12/21		31/12/20	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível					
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	2	267.808	241.136	375.743	354.512

Nível 2: Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis.

**(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

A Companhia e suas subsidiárias podem contratar operações de swaps, NDFs e opções junto a instituições financeiras de primeira linha, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de juros e de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação de indexadores como CDI, TJLP e IPCA, entre outros.

A Companhia informa que não possui limites (mínimo e máximo) de exposição permitidos em sua política de *hedge* para cada risco de mercado identificado no item 4.2, analisando a contratação caso a caso de forma a reduzir a exposição da Companhia a estes riscos.

**(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)**

Nós não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

**(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

O Diretor Financeiro é responsável por implementar estratégias e diretrizes de risco para a Companhia, aprovadas pelo Conselho de Administração. Não efetuamos aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco com fim especulativo, mas apenas como estratégia de proteção patrimonial. O Comitê de Auditoria é responsável por assessorar o Conselho de Administração na supervisão das atividades de monitoramento de riscos e monitorar a exposição da Companhia e de suas controladas aos seus riscos mais significativos. Compete ao Conselho de Administração estabelecer as diretrizes dos riscos de mercado, monitorar a efetividade da estrutura e do processo de gerenciamento de risco. Os gestores da Companhia estão encarregados de assegurar a operacionalização do gerenciamento de riscos, implementação de ações preventivas e corretivas aos riscos identificados. Compete à área de controles internos e *compliance* propor limites para exposição aos riscos e sugerir, avaliar e

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

monitorar as ações com objetivo de reduzir a exposição a riscos. Por fim, cabe a Auditoria Interna da Companhia avaliar, monitorar e comunicar os riscos e a efetividade do gerenciamento de riscos aos comitês, Conselho de Administração e Diretoria.

**(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Auditoria Interna monitora e avalia, por meio de uma matriz de riscos definida na política de gestão estratégica de riscos, se as operações por nós efetuadas estão de acordo com as políticas adotadas reportando os resultados dessa avaliação para a Administração. A Auditoria Interna consolida, avalia, monitora e comunica os riscos e a efetividade do gerenciamento de riscos aos Comitês, Conselho de Administração e Diretoria. A interação da área de gestão com as áreas de gerenciamento de riscos, de auditoria interna e de controles internos asseguram o cumprimento da Política de Gestão Estratégica de Riscos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### **(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos, que têm o objetivo de fornecer garantia razoável quanto à confiabilidade das informações financeiras e à preparação das demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas de mercado adotadas no Brasil e com as IFRS publicadas pela IASB. Todos os controles internos, por melhor que sejam preparados, têm limitações inerentes. Assim, mesmo os sistemas avaliados como eficazes podem não impedir ou detectar informações incorretas.

A Companhia adota rotinas de conciliações diárias, processos mensais de fechamento contábil, bem como elabora cronogramas e disponibiliza documentação ao Comitê de Auditoria e à auditoria externa.

Os departamentos internos da Companhia também mantêm contato entre si para levantamento de informações.

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas anualmente.

A Companhia entende que os controles internos adotados são eficazes no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e garantem a confiabilidade e precisão das informações constantes de suas demonstrações financeiras.

Os controles internos da Companhia são utilizados na avaliação e no monitoramento de operações da companhia. A avaliação dos controles prevê a identificação e correção tempestiva das deficiências de controles internos. Neste sentido a Companhia realiza as seguintes atividades:

- Revisão de processos e controles;
- Verificação de consistência dos lançamentos contábeis por meio de conciliações;
- Revisão analítica das demonstrações financeiras;
- Monitoramento regulatório; e
- Verificação comparativa entre orçado versus realizado por todas as áreas.

Os resultados das avaliações, que incluem os planos de ação, responsáveis e datas de cumprimento, são encaminhados e discutidos com cada um dos responsáveis. Os resultados das avaliações são fontes para a atualização da Matriz de Riscos. Portanto, os apontamentos decorrentes do resultado dos trabalhos das auditorias interna e externa, dos órgãos reguladores, bem como da avaliação de riscos e do monitoramento regulatório devem ser validados pelas áreas de negócio, as quais devem implementar plano de ação para tratamento do risco.

### **(b) estruturas organizacionais envolvidas**

O departamento de contabilidade da Companhia elabora as demonstrações financeiras de acordo com as práticas mencionadas no item 5.3(a) acima, e o Comitê de Auditoria realiza sua revisão.

Vale ressaltar que compete ao Comitê de Auditoria da Companhia realizar supervisão em relação

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

às auditorias externa e interna, bem como às informações financeiras.

A área de Controles Internos e *Compliance* é responsável pelos métodos utilizados na avaliação e no monitoramento do sistema de controles internos da Companhia.

Ademais, os departamentos de Controladoria, Planejamento Financeiro, Jurídico e Financeiro da Companhia têm o papel de levantar informações de suas respectivas competências que não possam ser extraídas diretamente dos sistemas contábeis da Companhia, mas que são necessárias para a elaboração das demonstrações financeiras.

**(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A supervisão da eficiência dos controles internos é realizada pelo Conselho de Administração da Companhia por meio do Comitê de Auditoria. Além disso, a área de Controles Internos e *compliance* da Companhia tem, sob a supervisão do Comitê de Auditoria, como uma de suas atribuições, o dever de supervisionar o programa interno de *compliance*. Internamente, a área de auditoria interna e a área de Controladoria também atuam com o objetivo de supervisionar a eficiência dos controles internos. Além disso, a área de Controles Internos e *Compliance* realiza avaliação dos controles internos e elabora relatório, no mínimo semestralmente, relatando o acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com o sistema de controles internos, de identificação e correção tempestiva das deficiências apontadas.

**(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

O Auditor Independente conduziu um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Como resultado dessa avaliação, não foram apontadas deficiências significativas.

**(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Administração tomou ciência do relatório circunstanciado do Auditor Independente sobre as deficiências nos controles internos identificadas durante o processo de auditoria da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, destacando que os pontos reportados foram abordados com melhorias implementadas pela Companhia, e que continuará adotando medidas para o constante aprimoramento dos controles internos e sistemas informatizados da Companhia. Os Diretores da Companhia entendem que as deficiências reportadas no relatório circunstanciado do Auditor Independente não tiveram impacto na

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

precisão dos dados e na confiabilidade da elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia, haja vista não terem sido identificadas deficiências significativas.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia possui políticas e procedimentos destinados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, que integram o seu programa de integridade. A Companhia estruturou e formalizou todas as suas boas práticas em políticas e procedimentos de integridade, em consonância com o seu propósito e os seus valores. Essas políticas e procedimentos de integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

Com esse intuito, as políticas e procedimentos consolidam e reforçam as regras e diretrizes gerais da Companhia, como, por exemplo, o Código de Conduta e Ética, políticas e ações conduzidas por diversas áreas funcionais da estrutura organizacional da empresa, em consonância com as suas respectivas atribuições, para pautar a conduta das lideranças, funcionários, parceiros e terceiros, evidenciando o compromisso da Companhia com a disseminação da cultura de honestidade e boas práticas de gestão e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético.

Os principais objetivos das políticas e procedimentos de integridade são: (i) promover a cultura de ética e conformidade; (ii) consolidar todas as iniciativas de conformidade, em especial as anticorrupção; (iii) implantar as melhores práticas de acordo com os mais altos padrões éticos; (iv) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos funcionários; (v) estabelecer a cultura de gestão de riscos a fim de mitigá-los por meio da prevenção; (vi) buscar a melhoria contínua com base na análise, avaliação e desenvolvimento regular do programa e do ambiente normativo aplicável; e (vii) promover a transparência.

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e práticas são adaptadas**

**A. Código, Política, Manual e Regimento de Integridade**

**Código de Conduta e Ética:** O Código de Conduta e Ética tem por objetivo promover condutas honestas, éticas e lícitas por todos os conselheiros, diretores e empregados da Companhia, suas subsidiárias e entidades controladas, os quais assinam, no início de suas atividades, uma declaração em que atestam o cumprimento das disposições contidas no Código de Conduta e Ética. Neste sentido, o documento endereça diretrizes e regras relativas ao cumprimento de leis, normas e regulamentos, conflitos de interesses, brindes e gratificações, doações políticas, informações confidenciais, proibição de suborno e corrupção, práticas contábeis, livros e registros, violações ao Código, medidas disciplinares, Canal de Ética, dentre

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

outros assuntos.

**Política Anticorrupção:** A Política Anticorrupção da Companhia é aplicável à Companhia, suas subsidiárias e controladas, bem como aos seus respectivos conselheiros, diretores, empregados, agentes prestadores de serviço, contratados, consultores, parceiros em *joint venture* e outras pessoas que atuem em seu nome ou benefício. Referida Política tem por objetivo proibir terminantemente a participação em ou tolerância ao suborno ou qualquer outra forma de corrupção e endereça diretrizes e regras relativas à contabilidade e escrituração, presentes, entretenimento e hospitalidade, viagens, contratação de representantes, consultores e terceiros, pagamentos facilitadores e em resposta a ameaças, contribuições de caridade, doações políticas, dentre outros assuntos. A Política é revisada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

### B. Mecanismos e Procedimentos de Integridade

- **Comitê de Auditoria:** A Companhia conta com um Comitê de Auditoria, cuja principal função consiste em auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de seus deveres de supervisão. O Comitê de Auditoria conta com regimento próprio formalizado, trazendo as principais informações relacionadas aos seus membros, reuniões e responsabilidades. Para maiores detalhes sobre as atividades do Comitê de Auditoria, vide item 5.4 "a" "ii" deste Formulário de Referência.
- **Auditoria Interna:** A Companhia possui uma área de Auditoria Interna, responsável pelo acompanhamento efetivo dos processos e controles internos. Seu principal papel é disponibilizar aos administradores da Companhia informações que os auxiliem a controlar as operações e atividades pelas quais são responsáveis. Para maiores detalhes sobre as atividades da área de Auditoria Interna, vide item 5.4 "a" "ii" deste Formulário de Referência.
- **Comitê de Ética:** A Companhia conta com um Comitê de Ética, órgão não estatutário e permanente composto por 7 membros nomeados pela Diretoria com poderes deliberativos. O comitê tem por objetivo assegurar, no âmbito da Companhia, a conformidade de processos, procedimentos e o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Código de Conduta e Ética da Lojas Quero-Quero S.A. e suas políticas complementares (Política de Apuração de Notificações e Política de Consequências), garantindo um ambiente íntegro e a preservação do ativo reputacional da Companhia.
- **Canal de Ética:** A Companhia possui um Canal de Ética, por meio do qual todos os colaboradores do grupo da Companhia podem reportar dúvidas, suspeitas ou violações ao Código de Ética, às demais políticas da Companhia, incluindo a Política Anticorrupção, e/ou à legislação vigente de maneira confidencial, anônima (se desejado) e sem retaliação. Além disso, o Canal de Ética da Companhia compreende duas plataformas para envio de relatos: página "Pode Falar" do portal Quero-Quero ou telefone (0800-701-3077). As denúncias realizadas nas plataformas são revisadas



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

pelo Comitê de Ética. O público externo pode realizar denúncias, sugestões ou reclamações através do canal "Fale Conosco" no site <https://www.queroquero.com.br/pagina/central-de-atendimento#fale-conosco>.

- **Ouvidoria VerdeCard:** A Companhia possui uma Ouvidoria, por meio da qual todos os seus colaboradores, fornecedores, clientes e público externo podem se manifestar, com elogios, denúncias, sugestões ou reclamações, de maneira confidencial, anônima (se desejado) e sem retaliação. A Ouvidoria possui duas plataformas que podem ser utilizadas para envio do relato seja por e-mail ([ouvidoria@verdecards.com.br](mailto:ouvidoria@verdecards.com.br)) ou por telefone (0800 642 2273).
- **Declaração de Conformidade:** Todos os conselheiros, diretores e colaboradores do grupo da Companhia têm acesso ao Código de Conduta e Ética e à Política Anticorrupção no portal digital da Companhia, bem como assinam uma Declaração de Conformidade por meio da qual garantem terem lido, entendido e estarem de acordo com os termos contidos em tais documentos.

**(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A área de Controles Internos e *Compliance* da Companhia e de todas as suas subsidiárias é responsável por: (i) elaborar e rever o Código de Conduta e Ética e a Política Anticorrupção; (ii) periodicamente, verificar a proporção de colaboradores que assinaram a Declaração de Conformidade; (iii) garantir que quaisquer reportes recebidos por meio do Canal de Ética sejam endereçados aos responsáveis e que as medidas cabíveis sejam tomadas em conjunto com o Comitê de Ética; (iv) verificar se as contratações pontuais de auditores não geram conflitos de interesses com a auditoria contábil, de modo a garantir a independência dos auditores da Companhia; (v) garantir o arquivamento das atas de reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, o Comitê de Auditoria da Companhia, que conta com Regimento próprio, é diretamente subordinado ao Conselho de Administração, e auxilia referido órgão no cumprimento de seus deveres de supervisionar a administração da Companhia (incluindo, em todos os casos, conforme apropriado, suas subsidiárias) em relação: (i) à conduta e integridade das informações financeiras externas da Companhia e de suas subsidiárias; (ii) aos sistemas de controle interno sobre informações financeiras e controles e procedimentos de divulgação da Companhia e de suas subsidiárias; (iii) às qualificações, contratação, remuneração, independência e desempenho dos auditores independentes da Companhia e de suas subsidiárias (incluindo a condução da auditoria anual das demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias, bem como a contratação para prestação de outros serviços); (iv) ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias da Companhia e de suas subsidiárias; e (v) à aplicação dos códigos e políticas de conduta e ética da Companhia e de suas subsidiárias.

O Comitê de Auditoria da Companhia possui os seguintes mecanismos para buscar garantir a

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

independência de seus membros: (i) ao desempenhar seu papel, o Comitê de Auditoria tem poderes para, mediante solicitação por escrito enviada com antecedência de 5 (cinco) dias ao Conselho de Administração, investigar qualquer questão devidamente adequada para o cumprimento de suas responsabilidades, tendo acesso a todos os livros, registros, instalações e funcionários da Companhia e de suas subsidiárias para a condução de suas atividades; e (ii) mediante aprovação do Conselho de Administração, a Companhia e/ou suas subsidiárias devem providenciar recursos razoáveis para auxiliar as atividades do Comitê de Auditoria, incluindo remuneração dos advogados, auditores e outros assessores contratados.

Ademais, a Companhia conta com uma área de Auditoria Interna, responsável pelo acompanhamento efetivo dos processos e controles internos. A área de Auditoria Interna se reporta ao Comitê de Auditoria e realiza auditorias internas e solicita a elaboração dos planos de ação para correção de eventuais não conformidades identificadas. O gerente de auditoria deve informar a alta administração da Companhia mensalmente sobre casos identificados durante as auditorias que envolvam possíveis irregularidades/ilegalidades.

Por fim, a Companhia conta, ainda, com o Comitê de Ética, o qual é responsável por: (i) revisar as denúncias de infrações e violações ao Código de Conduta e Ética; (ii) acompanhar a realização de investigações e determinar a adoção de medidas necessárias, conforme definido na Política de Consequências; (iii) assegurar que as infrações e violações sejam seguidas de ações disciplinares aplicáveis, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis; (iv) assegurar a conformidade de rotinas, práticas e procedimentos com as políticas, regras, regulamentos e leis aplicáveis; (v) apreciar os relatórios emitidos pela Auditoria Interna e pela Auditoria Externa, quando for o caso, e os relatórios de acompanhamento do Canal de Ética; (vi) acompanhar a efetividade e eficácia das atividades e ações relacionadas a ética e conduta nas Lojas Quero-Quero; (vii) submeter trimestralmente ao Comitê de Auditoria as atas das reuniões do Comitê com seus resultados e informações relativos aos temas; (viii) assegurar que o Comitê de Auditoria esteja ciente dos assuntos que possam causar impacto significativo à imagem das Lojas Quero-Quero; e (ix) deliberar sobre a contratação de serviços especializados.

O Comitê de Ética possui regimento interno próprio e se reporta à Diretoria e, nos termos da Política de Apuração de Notificações da Companhia, em caso de recebimento de denúncia em desfavor de (i) membro do próprio Comitê, este membro não receberá o relato, não terá acesso ao sistema, responsabilidade no fluxo de apuração e conhecimento sobre quaisquer relatos que o mencione, sendo a denúncia encaminhada diretamente à Diretoria; ou (ii) membro da Diretoria, a denúncia será encaminhada diretamente ao Comitê de Auditoria.

### **(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando**

Conforme descrição constante do item 5.4(a)(i)A acima, a Companhia possui um Código de Conduta e Ética, cuja última versão foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de dezembro de 2020. O Código de Conduta e Ética define os princípios e valores da nossa Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de nossos

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

colaboradores nas suas relações internas e com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

O inteiro teor do Código de Conduta e Ética pode ser acessado no site de relações com investidores da Companhia ([www.queroquero.com.br/ri](http://www.queroquero.com.br/ri)) e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta e Ética se aplica a todos os conselheiros, diretores, empregados da Companhia, suas subsidiárias e entidades controladas, bem como aos profissionais autônomos, consultores, prepostos e representantes comerciais que atuam em nome da Companhia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia mantém um plano para realizar treinamentos periódicos anuais em relação ao seu Código de Conduta e Ética, bem como demais políticas relacionadas a todos seus empregados, diretores e conselheiros. Os administrados e colaboradores da Companhia devem aderir formalmente ao Código de Conduta e Ética e à Política Anticorrupção no momento inicial de sua contratação e reler o Código de Conduta e Ética anualmente como forma de reciclagem.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta e Ética da Companhia estabelece que violações às suas normas poderão resultar, dentre outras ações, (i) em suspensão das obrigações profissionais, (ii) diminuição das responsabilidades ou rebaixamento de função, e (iii) rescisão do contrato de trabalho ou destituição de cargo na administração.

Além disso, o descumprimento do Código de Conduta e Ética da Companhia, políticas e procedimentos, bem como das leis federais, estaduais, locais e de quaisquer leis estrangeiras aplicáveis pode resultar na rescisão do contrato de trabalho ou destituição do cargo na Diretoria ou no Conselho, sem prejuízo da possibilidade de comunicação às autoridades públicas.

Ademais, a Política Anticorrupção também prevê que os conselheiros, diretores e colaboradores do grupo da Companhia que não cumprirem suas disposições ou as disposições das leis anticorrupção vigentes estarão sujeitos a medidas disciplinares, inclusive demissão.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Conduta e Ética da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 17 de dezembro de 2020. O documento pode ser consultado no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>) e no site de Relações com Investidores da Companhia ([www.queroquero.com.br/ri](http://www.queroquero.com.br/ri)).

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Ademais, vale ressaltar que a Declaração de Conformidade com o Código de Conduta e Ética e com a Política Anticorrupção foi assinada por todos Diretores, Conselheiros e colaboradores da Companhia.

**(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia possui um canal de denúncias, denominado "Canal de Ética", por meio do qual todos os colaboradores da empresa do grupo da Companhia podem reportar dúvidas, suspeitas ou violações ao Código de Conduta e Ética, às demais políticas da Companhia, incluindo a Política Anticorrupção, e/ou à legislação vigente de maneira confidencial, anônima (se desejado) e sem retaliação.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética está subordinado ao Comitê de Auditoria da Companhia.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética da Companhia é aberto ao recebimento de denúncias dos colaboradores da Companhia e de terceiros, e pode ser contatado tanto pela página "Pode Falar" do portal Quero-Quero, quanto por telefone (0800-642-1943). As denúncias realizadas nas plataformas e os relatórios de acompanhamento do Canal de Ética são apuradas pelo Comitê de Ética com base nas disposições do Código de Conduta e Ética da Companhia, visando garantir um tratamento isonômico entre os denunciadores. As denúncias são posteriormente encaminhadas para a Área de Controles Internos por meio da ouvidoria, nos termos da Política de Apuração de Denúncias. Não obstante, cumpre salientar que o público externo pode realizar denúncias, sugestões ou reclamações também, através do link de atendimento-> Fale Conosco -> Assunto da Mensagem-> Canal de Ética". (<https://www.queroquero.com.br/atendimento>).

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Ética aceita denúncias anônimas e a Companhia garante anonimato ao denunciante, se assim ele o desejar, bem como a confidencialidade das informações recebidas por meio do Canal de Ética. Ademais, o Código de Conduta e Ética garante **explicitamente** que não poderá ser praticada, direta ou indiretamente, qualquer retaliação contra denunciantes de boa-fé. Em linha com o princípio de confidencialidade, o recebimento de denúncias é centralizado por componente organizacional específico, ao qual compete: analisar, categorizar, classificar e direcionar denúncias para apuração. Qualquer pessoa envolvida no processo de apuração se compromete a manter a confidencialidade de todos os relatos recebidos, através de assinatura do Termo de Confidencialidade.

Não obstante, cumpre salientar que o público externo poderá realizar denúncias por meio do canal "Fale Conosco", as quais são conferidos mecanismos de anonimato.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Área de Controles Internos e *Compliance* da Companhia tem como uma de suas atribuições garantir que quaisquer reportes recebidos por meio do Canal de Ética sejam endereçados aos

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

setores responsáveis da Companhia e que as medidas cabíveis sejam tomadas. Além disso, a área de Controles Internos e *Compliance* reporta ao Comitê de Auditoria o conteúdo e tratamento dado a cada uma das denúncias.

**(c) Procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

No âmbito de todos os processos de fusão e aquisição realizados pela da Companhia são conduzidos procedimentos de auditoria financeira, contábil e de controles internos, bem como de *due diligence*. Para tanto, a Companhia contrata empresas de consultoria externa e escritórios de advocacia, que se reportam à diretoria para fins de avaliação, visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares relacionadas às pessoas jurídicas envolvidas.

**(d) Razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

Não aplicável.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações na Política de Gerenciamento de Riscos, no último exercício social.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Introdução***

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de exercício para exercício; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Para informações a respeito dos efeitos da pandemia de coronavírus (COVID-19) nas atividades da Companhia e em sua condição financeira, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

### **(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais**

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Acreditamos que a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir a necessidade de recursos para execução do plano de negócios. Abaixo algumas informações financeiras que apresentam, quantitativa e preliminarmente, as afirmações descritas acima:



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas**

	Em 31 de dezembro de		
(Em milhões de R\$, exceto os índices)	2021	2020	2019
Patrimônio líquido	541,5	479,3	145,7
Lucro líquido	68,2	67,9	30,1
EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup>	182,2	163,2	124,6
Margem EBITDA Ajustado	9,0%	10,1%	9,3%
Dívida bruta <sup>(2)</sup>	267,8	375,7	336,0
Dívida líquida <sup>(3)</sup>	-73,4	-131,2	65,7
Dívida líquida ajustada <sup>(4)</sup>	72,7	-91,0	95,6
Caixa e equivalentes de caixa	256,4	475,4	240,3
Aplicações financeiras	84,9	31,5	30,0
Caixa e aplicações financeiras FIDC Verdecard	146,1	40,2	29,9
Dívida líquida ajustada / Patrimônio líquido	0,1	-0,2	0,7
Dívida líquida ajustada / EBITDA Ajustado UDM	0,4	-0,6	0,8
Índice de Liquidez Corrente <sup>(5)</sup>	1,6	1,6	1,6
Índice de Liquidez Seca <sup>(6)</sup>	1,2	1,3	1,3
Crescimento nas vendas mesmas lojas <sup>(7)</sup>	15,1%	18,2%	6,0%

- <sup>(1)</sup> O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA deduzido do Impacto do IFRS16/CPC06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos) adotado em 2019, de modo a permitir a comparabilidade com os períodos anteriores, e acrescido de itens não-recorrentes ou não-operacionais, neste caso: acrescido de Impostos sob discussão judicial “Lei do Bem” e de bônus não-recorrente do FIDC VerdeCard pago a todos os colaboradores da Companhia, que na visão da administração da Companhia não fazem parte das operações normais, visto que não possuem caráter recorrente e/ou impacto no fluxo de caixa operacional da Companhia.
- <sup>(2)</sup> A Dívida Bruta corresponde à soma dos saldos de Empréstimos e Financiamentos circulante e não circulante.
- <sup>(3)</sup> A Dívida Líquida é obtida a partir da subtração dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa e de Aplicações Financeiras da Dívida Bruta.
- <sup>(4)</sup> A Dívida Líquida Ajustada corresponde à dívida líquida acrescida do caixa e aplicações financeiras do FIDC Verdecard.
- <sup>(5)</sup> O Índice de Liquidez Corrente corresponde à divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.
- <sup>(6)</sup> O índice de Liquidez Seca corresponde à divisão do Ativo Circulante menos o volume de Estoques pelo Passivo Circulante.
- <sup>(7)</sup> O crescimento de vendas mesmas lojas (SSS) é calculado para as lojas que possuem mais de um ano em operação em comparação com as vendas das mesmas lojas no período anterior equivalente e expresso em porcentagem.

Acreditamos, assim, que os resultados operacionais da Companhia a credenciam para gerar e/ou captar recursos no mercado para o desenvolvimento do seu plano de negócio via crescimento orgânico, além de cumprir suas obrigações de curto e longo prazo. Tal capacidade de geração

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de caixa alinhada à racionalização de sua estrutura de custos possibilita que a Companhia prossiga com seus investimentos mantendo elevados níveis de liquidez, os quais serão apresentados no item 10.1(c) abaixo, e uma saudável posição patrimonial.

### (b) Estrutura de Capital

Ressaltamos que possuímos uma estrutura de capital, a qual é medida pela relação entre os passivos e o patrimônio líquido, equilibrada entre capital próprio e de terceiros, sendo condizente com as atividades da Companhia. Cumpre salientar que o capital de terceiros da Companhia é representado por contas a pagar de fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações com conveniadas, entre outros. A tabela abaixo apresenta os principais componentes de nossa estrutura de capital:

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	2.150,6	1.739,4	1.499,1
Capital próprio (patrimônio líquido)	541,5	479,3	145,7
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>2.692,1</b>	<b>2.218,7</b>	<b>1.644,8</b>
Parcela de capital de terceiros	79,9%	78,4%	91,1%
Parcela de capital próprio	20,1%	21,6%	8,9%

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 541,5 milhões, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 2.150,6 milhões, ou seja, 79,9% de capital de terceiros e 20,1% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 479,3 milhões, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 1.739,4 milhões, ou seja, 78,4% de capital de terceiros e 21,6% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 145,7 milhões, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 1.499,1 milhões, ou seja, 91,1% de capital de terceiros e 8,9% de capital próprio.

### (c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar no mercado recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Administração acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar suas atividades e investimentos, acredita ter capacidade para contratá-los.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 109,5 milhões no passivo circulante e R\$ 158,3 milhões no passivo não circulante, bem como sua posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 256,4 milhões e de aplicações financeiras de R\$

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

84,9 milhões na mesma data, ou R\$ 189,3 milhões de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 5,8 milhões de aplicações financeiras, sem considerar a consolidação do FIDC Verdecard, a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todas suas obrigações financeiras e de continuar operando.

Adicionalmente, acreditamos que a Companhia apresente fluxo de caixa e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outras dívidas a serem pagos nos próximos anos, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiamento de sua atividade operacional, acreditamos que a mesma tem capacidade para contratá-los.

A seguir é apresentado um demonstrativo da posição da Companhia nas datas indicadas:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício Social findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Dívida Bruta <sup>(1)</sup>	267,8	375,7	336,0
<i>Dívida Bruta - circulante (curto prazo)</i>	<i>40,9%</i>	<i>44,7%</i>	<i>20,6%</i>
<i>Dívida Bruta - não circulante (longo prazo)</i>	<i>59,1%</i>	<i>55,3%</i>	<i>79,4%</i>
Dívida Líquida <sup>(2)</sup>	-73,4	-131,2	65,7
Dívida Líquida Ajustada <sup>(3)</sup>	72,7	-91,0	95,6
EBITDA Ajustado	182,2	163,2	124,6
<b>Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado</b>	<b>0,4x</b>	<b>-0,6x</b>	<b>0,8x</b>
Ativo Circulante (a)	1.823,1	1.602,4	1.153,9
Passivo Circulante (b)	1.126,5	977,1	707,5
Índice de Liquidez Corrente (a)/(b)	1,6	1,6	1,6

<sup>(1)</sup> A Dívida Bruta representa a soma de empréstimos, financiamentos do passivo circulante e não circulante.

<sup>(2)</sup> A Dívida Líquida é obtida a partir da subtração dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa e de Aplicações Financeiras da Dívida Bruta.

<sup>(3)</sup> A Dívida Líquida Ajustada corresponde à Dívida Líquida acrescida do Caixa e Aplicações Financeiras do FIDC Verdecard.

### (d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos últimos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; e (iii) fluxo de caixa dos acionistas; e (iv) especificamente em relação a 2020, recursos advindos da oferta pública inicial de ações da Companhia. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

### (e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Administração não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

### (f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 possuía contratos financeiros relevantes celebrados com o Banco do Brasil S.A., o Banco Votorantim S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A., a Caixa Econômica Federal, o Banco BTG Pactual, e o Banco Bradesco. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor total em aberto de empréstimos e financiamentos consolidado era de R\$ 267,8 milhões.

Apresentamos abaixo tabela que resume as principais condições dos contratos de empréstimo e financiamentos celebrados pela Companhia:

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

<u>Em moeda nacional</u>			<u>Controladora e Consolidado</u>		
	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Capital de giro	Juros de 1,85% a 2,35% a.a. + CDI	2021	-	8.704	34.661
Capital de giro	Juros de 1,85% a 2,67% a.a. + CDI	2021 a 2024	150.470	184.964	182.283
Capital de giro	Juros de 4,28% a 4,84% a.a. + CDI	2021 a 2024	15.439	58.677	-
Debêntures (a)	Juros de 1,50% a.a. + CDI	2024	101.641	123.042	117.426
Consórcio		2024	258	356	269
Subtotal			<u>267.808</u>	<u>375.743</u>	<u>334.639</u>
<u>Em moeda estrangeira</u>			<u>Controladora e Consolidado</u>		
	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31/12/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Capital de giro (b)	Juros de 4,77% a.a. + dólar	2020	-	-	1.733
Contrato de Swap	Juros de 4,05% a.a. + CDI	2020	-	-	(373)
Subtotal			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.360</u>
<b>Total</b>			<b><u>267.808</u></b>	<b><u>375.743</u></b>	<b><u>335.999</u></b>
Circulante			109.494	167.908	69.235
Não circulante			158.314	207.835	266.764

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

<u>Indexador</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CDI (12 meses)	4,39%	2,75%	5,94%

(a) Representa o saldo de 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional na forma da garantia real. A emissão ocorreu em 16 de dezembro de 2019 sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas e certificados, equivalente a 120.000 (cento e vinte mil) debêntures. Sobre o valor nominal unitário incide taxa de 1,50% a.a. + CDI.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(b) Representa o saldo da operação de empréstimo em dólares norte-americanos, com swap atrelado, com objetivo de trocar os riscos de taxa cambial por taxa de juros de 4,05% a.a. + CDI.

### (i) Contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia, em vigor em 31 de dezembro de 2021:

Cédula de Crédito Bancário (Banco do Brasil S.A.) emitida em 26 de junho de 2019 no valor de R\$ 80,0 milhões e com vencimento em 23 de maio de 2024 com garantia do tipo real e fidejussória. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 1,85% a.a. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto dessa cédula era de R\$ 54,6 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (Banco do Brasil S.A.) emitida em 26 de junho de 2019 no valor de R\$ 40,0 milhões e com vencimento em 23 de maio de 2024 com garantia do tipo real e fidejussória. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 1,90% a.a. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto dessa cédula era de R\$ 27,4 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (Banco Votorantim S.A.) emitida em 8 de maio de 2019 no valor de R\$ 40,0 milhões e com vencimento em 9 de maio de 2022 com garantia do tipo quirografária e fidejussória. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 2,00% a.a. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto dessa cédula era de R\$ 8,2 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (Banco BTG Pactual S.A.) emitida em 11 de março de 2019 no valor de R\$ 30,0 milhões e com vencimento em 11 de março de 2021 com garantia do tipo quirografária e fidejussória. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 2,45% a.a. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto dessa cédula era de R\$ 2,9 milhões.

Debêntures (Banco Bradesco S.A.) emitidas por meio de oferta pública com esforços restritos em 16 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 120,0 milhões e com vencimento em 16 de dezembro de 2024 com garantia do tipo quirografária com garantia adicional real e fidejussória. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 1,50% a.a. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto era de R\$ 101,6 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (Banco Santander (Brasil) S.A.) emitida em 6 de abril de 2021 no valor de R\$ 30 milhões e com vencimento em 9 de abril de 2024 com garantia do tipo quirografária. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 2,50% a.a. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto dessa cédula era de R\$ 25,6 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (Banco Votorantim S.A.) emitida em 20 de março de 2020 no valor de R\$ 15 milhões e com vencimento em 20 de março de 2023 com garantia do tipo quirografária e fidejussória. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 4,84% a.a. Em 31 de dezembro

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 2021, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto dessa cédula era de R\$ 9,3 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (Caixa Econômica Federal) emitida em 31 de março de 2020 no valor de R\$ 15 milhões e com vencimento em 03 de outubro de 2022 com garantia do tipo quirografária e fidejussória. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 0,35% a.m. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto dessa cédula era de R\$ 6,2 milhões.

Cédula de Crédito Bancário (Banco Bradesco) emitida em 7 de abril de 2020 no valor de R\$ 30 milhões e com vencimento em 20 de março de 2024 com garantia do tipo quirografária. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 2,60% a.a. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor (saldo principal acrescido de juros e reduzido de despesas antecipadas) em aberto dessa cédula era de R\$ 31,8 milhões.

### (ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras. Acreditamos possuir um relacionamento próximo e equilibrado com as principais instituições financeiras no mercado brasileiro, visando pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas adicionais de fortalecimento de capital de giro.

### (iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2021 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. No entanto, algumas dívidas possuem garantias atreladas.

### (iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Os *covenants* e as demais cláusulas restritivas vinculadas à Companhia estão expostas a seguir:

As cédulas de crédito bancário celebradas junto ao Banco do Brasil em junho de 2019 possuem os *covenants* financeiros observados a seguir:

*Covenant* Financeiro 1: Dívida Financeira Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 vezes;

*Covenant* Financeiro 2: EBITDA/Resultado Financeiro de, no mínimo, de 2,0 vezes.

Tais *covenants* são calculados anualmente pela Companhia com base nas demonstrações financeiras consolidadas, encerradas ao final de cada exercício. Tais demonstrações financeiras são auditadas por firma de auditoria independente registrada na CVM. Considera-se como:

- EBITDA: o Lucro (Prejuízo) Operacional obtido antes do Resultado Financeiro Líquido somados às Depreciações e Amortizações ocorridas nos últimos 12 meses;
- e Dívida Financeira Líquida: é composta pelos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, subtraídas as disponibilidades de caixa (somatório de caixa

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e equivalente de caixa e aplicações financeiras) e excluídos os passivos referentes FIDC Verdecard e os passivos decorrentes de contratos de arrendamentos de imóveis;

A tabela a seguir apresenta as medições realizadas de tais *covenants* no último exercício social:

Indicadores nos termos deste contrato	
(em R\$ milhões, exceto x)	Exercício social encerrado em 31/12/2021
<b>Covenant Financeiro 1: Dívida Financeira Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 vezes</b>	<b>-0,3x</b>
"Dívida Financeira Líquida"*	-73,4
"EBITDA"	246,3
<b>Covenant Financeiro 2: EBITDA/Resultado Financeiro de, no mínimo, de 2,0 vezes</b>	<b>3,4x</b>
"EBITDA"	246,3
"Resultado Financeiro"	71,7

\*correspondente a "Dívida Líquida" descrita no item 3.2 deste Formulário de Referência

As cédulas de crédito bancário celebradas junto ao Banco Votorantim em maio de 2019 e março de 2020 possuem o covenant financeiro observado a seguir :

*Covenant Financeiro 1: Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 vezes;*

Tais *covenants* são calculados anualmente pela Companhia com base nas demonstrações financeiras consolidadas, encerradas ao final de cada exercício. Tais demonstrações financeiras são auditadas por firma de auditoria independente registrada na CVM. Considera-se como:

- EBITDA: o Lucro (Prejuízo) Operacional obtido antes do Resultado Financeiro Líquido somados às Depreciações e Amortizações ocorridas nos últimos 12 meses; e
- Dívida Líquida: é composta pelos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos excluídos os passivos referentes FIDC Verdecard e os passivos decorrentes de contratos de arrendamentos de imóveis, subtraída as disponibilidades de caixa (somatório de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras) e;

A tabela a seguir apresenta as medições realizadas de tal *covenant* no último exercício social:

Indicadores nos termos deste contrato	
(em R\$ milhões, exceto x)	Exercício social encerrado em 31/12/2021
<b>Covenant Financeiro 1: Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 vezes</b>	<b>-0,3x</b>
"Dívida Líquida"	-73,4
"EBITDA"	246,3

As cédulas de crédito bancário celebradas junto ao Banco BTG Pactual em maio de 2019 possuem os *covenants* financeiros observados a seguir:

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

*Covenant* Financeiro 1: Dívida Líquida/EBITDA seja (a) na medição referente a junho igual ou inferior a 2,5 vezes e (b) na medição referente a dezembro igual ou inferior a 2,0 vezes;

*Covenant* Financeiro 2: EBITDA/Despesa Financeira Líquida de, no mínimo, de 2,0 vezes.

Tais covenants são calculados semestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas, encerradas ao final de cada exercício e informações financeiras trimestrais, considera-se como :

- EBITDA: lucro antes de juros, impostos, depreciação, amortização e receitas/despesas não operacionais e não recorrentes, nos últimos 12 meses;
- Dívida Financeira Líquida: é a soma de todas as dívidas onerosas, contraídas com instituições financeiras ou não, excluídas: (a) as dívidas contraídas com o FIDC Verdecard; (b) os passivos indicados como Fornecedores – Convênio em suas demonstrações financeiras e (c) passivos decorrentes de contratos de arrendamentos de imóveis, subtraída das disponibilidades (somatório de caixa e aplicações financeiras de curto prazo), excluídos o caixa e aplicações financeiras pertencentes ao FIDC Verdecard;
- Despesa Financeira Líquida: Diferença entre despesas financeiras e receitas financeiras, nos últimos 12 meses.

A tabela a seguir apresenta as medições realizadas de tais *covenants* no último exercício social:

Indicadores nos termos deste contrato	
(em R\$ milhões, exceto x)	Exercício social encerrado em 31/12/2021
<b>Covenant Financeiro 1: Dívida Líquida/EBITDA seja (a) na medição referente a junho igual ou inferior a 2,5 vezes e (b) na medição referente a dezembro igual ou inferior a 2,0 vezes</b>	<b>0,3x</b>
"Dívida Financeira Líquida"*	72,7
"EBITDA"	246,3
<b>Covenant Financeiro 2: EBITDA/Despesa Financeira Líquida de, no mínimo, de 2,0 vezes</b>	<b>3,4x</b>
"EBITDA"	246,3
"Despesa Financeira Líquida"	71,7

\*correspondente a "Dívida Líquida Ajustada" descrita no item 3.2 deste Formulário de Referência

As debêntures emitidas pela Companhia e distribuídas pelo Banco Bradesco em dezembro de 2019 possuem o *covenant* financeiro observados a seguir:

*Covenant* Financeiro 1: Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0 vezes;

Tais covenants são calculados anualmente pela Companhia com base nas demonstrações financeiras consolidadas, encerradas ao final de cada exercício. Tais demonstrações financeiras são auditadas por firma de auditoria independente registrada na CVM. Considera-se como:

- EBITDA: lucro operacional antes de depreciação, amortização, receitas/despesas não operacionais e não recorrentes, resultado financeiro e impostos nos últimos 12 (doze) meses. Ou seja, "EBITDA" = "Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido" – "Depreciação e amortização" – "receitas/despesas não operacionais e não recorrentes".
- Dívida Líquida: Empréstimos e Financiamentos de curto e longo prazos, subtraídas as



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

disponibilidades de caixa (somatório de Caixa e Equivalentes de Caixa, e Aplicações Financeiras); não são considerados os passivos e o caixa referentes ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios VerdeCard e os passivos decorrentes de contratos de arrendamentos de imóveis. Ou seja, "Dívida Líquida" = "Empréstimos e financiamentos" (Circulante) + "Empréstimos e financiamentos" (Não circulante) – "Caixa e equivalentes de caixa" – "Aplicações financeiras" + "Caixa e aplicações financeiras FIDC VerdeCard".

A tabela a seguir apresenta as medições realizadas de tal *covenant* no último exercício social:

Indicadores nos termos deste contrato	
(em R\$ milhões, exceto x)	Exercício social encerrado em 31/12/2021
<b>Covenant Financeiro 1: Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0 vezes</b>	<b>0,3x</b>
"Dívida Líquida"*	72,7
"EBITDA"	246,3

\*correspondente a "Dívida Líquida Ajustada" descrita no item 3.2 deste Formulário de Referência

A cédula de crédito bancário celebradas junto à Caixa Econômica Federal em março de 2020 possui os *covenants* financeiros observados a seguir:

*Covenant* Financeiro 1: Dívida Financeira Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 vezes;

*Covenant* Financeiro 2: EBITDA/Resultado Financeiro de, no mínimo, de 2,0 vezes.

*Covenant* Financeiro 3: Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 vezes;

Tais *covenants* são calculados anualmente pela Companhia com base nas demonstrações financeiras consolidadas, encerradas ao final de cada exercício. Tais demonstrações financeiras são auditadas por firma de auditoria independente registrada na CVM. Considera-se como:

- EBITDA: o Lucro (Prejuízo) Operacional obtido antes do Resultado Financeiro Líquido somados às Depreciações e Amortizações ocorridas nos últimos 12 meses;
- Dívida Financeira Líquida: é composta pelos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, subtraídas as disponibilidades de caixa (somatório de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras) e excluídos os passivos referentes FIDC VerdeCard e os passivos decorrentes de contratos de arrendamentos de imóveis;
- Dívida Líquida: Empréstimos e Financiamentos de curto e longo prazos, subtraídas as disponibilidades de caixa (somatório de Caixa e Equivalentes de Caixa, e Aplicações Financeiras); não são considerados os passivos e o caixa referentes ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios VerdeCard e os passivos decorrentes de contratos de arrendamentos de imóveis. Ou seja, "Dívida Líquida" = "Empréstimos e financiamentos" (Circulante) + "Empréstimos e financiamentos" (Não circulante) – "Caixa e equivalentes de caixa" – "Aplicações financeiras" + "Caixa e aplicações financeiras FIDC VerdeCard".

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela a seguir apresenta as medições realizadas de tal *covenant* no último exercício social:

<i>Indicadores nos termos deste contrato</i>	
<i>(em R\$ milhões, exceto x)</i>	<b>Exercício social encerrado em 31/12/2021</b>
<b>Covenant Financeiro 1: Dívida Financeira Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 vezes</b>	<b>-0,3x</b>
"Dívida Financeira Líquida"*	-73,4
"EBITDA"	246,3
<b>Covenant Financeiro 2: EBITDA/Resultado Financeiro de, no mínimo, de 2,0 vezes</b>	<b>3,4x</b>
"EBITDA"	246,3
Resultado Financeiro	71,7
<b>Covenant Financeiro 3: Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 vezes</b>	<b>0,3x</b>
"Dívida Líquida"***	72,7
"EBITDA"	246,3

- \*correspondente a "Dívida Líquida" descrita no item 3.2 deste Formulário de Referência
- \*\*correspondente a "Dívida Líquida Ajustada" descrita no item 3.2 deste Formulário de Referência

As cédulas de crédito bancário celebradas junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. em abril de 2021 possuem os *covenants* financeiros observados a seguir:

*Covenant* Financeiro 1: Dívida Financeira Líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 vezes;  
*Covenant* Financeiro 2: EBITDA/Despesa Financeira Líquida de, no mínimo, de 2,0 vezes.

Tais *covenants* são calculados anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas, encerradas ao final de cada exercício, considera-se como:

- EBITDA: significa o somatório (i) do lucro/prejuízo, com relação ao período acumulado dos 12 (doze) meses anteriores, antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias; (ii) das despesas de depreciação e amortização; (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras considerando variações cambiais líquidas; (iv) das despesas não operacionais e/ou não recorrentes deduzidas das receitas não operacionais e/ou não recorrentes no mesmo período. Ou seja, 'EBITDA' = "Lucro Operacional antes do Resultados Financeiro Líquido" – "Depreciação e Amortização" – "Receitas/Despesas não operacionais e não recorrentes".
- Dívida Financeira Líquida: significa a soma de todos os empréstimos e financiamentos bancários, sejam elas de curto ou longo prazo, e deste montante devem ser deduzidas as disponibilidades de caixa e aplicações financeiras líquidas; não são considerados os passivos e o caixa referentes ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios VerdeCard e os passivos decorrentes de contratos de arrendamentos de imóveis
- Despesa Financeira Líquida: corresponde ao total das Despesas Financeiras deduzido o total das Receitas Financeiras.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela a seguir apresenta as medições realizadas de tais *covenants* no último exercício social:

<i>Indicadores nos termos deste contrato</i>	
<i>(em R\$ milhões, exceto x)</i>	<b>Exercício social encerrado em 31/12/2021</b>
<b>Covenant Financeiro 1: Dívida Líquida/EBITDA seja (a) na medição referente a junho igual ou inferior a 2,5 vezes e (b) na medição referente a dezembro igual ou inferior a 2,0 vezes</b>	<b>0,3x</b>
"Dívida Financeira Líquida"*	72,7
"EBITDA"	246,3
<b>Covenant Financeiro 2: EBITDA/Despesa Financeira Líquida de, no mínimo, de 2,0 vezes</b>	<b>3,4x</b>
"EBITDA"	246,3
"Despesa Financeira Líquida"*	71,7

Além das restrições descritas acima, os empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia ou suas controladas possuem outras cláusulas restritivas conforme padrão do mercado, tais como cláusulas relacionadas à mudança do controle societário, consideradas usuais para este tipo de operação.

Ainda, a Companhia celebrou cédulas de crédito bancário com o Itaú Unibanco S.A. (Cédula de Crédito Bancário nº 100118030015800; Cédula de Crédito Bancário nº 100118030015700; Cédula de Crédito Bancário nº 044.493981-5; Cédula de Crédito Bancário nº 100118030015900; Cédula de Crédito Bancário – Convênio nº 100111040001900, conforme aditada em 29.03.2018; Cédula de Crédito Bancário – Convênio nº 1538553944, conforme aditada em 29.03.2018), e a "Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro nº 18.4265.767.00000004-86" com a Caixa Econômica Federal, as quais possuem cláusulas restritivas relacionadas à alteração de controle da Companhia, o que poderia ensejar o vencimento antecipado de tais contratos. Para esses instrumentos, a Companhia obteve waiver das credoras confirmando sua renúncia em declarar o vencimento antecipado em decorrência da oferta pública inicial de ações da Companhia ("Oferta").

Adicionalmente, conforme mencionado no item 10.1 deste Formulário de Referência, a Companhia celebrou com o Banco Bradesco S.A. a "Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Capital de Giro nº13056128" e com o Banco Santander (Brasil) S.A. a "Cédula de Crédito Bancário nº 1035954", as quais também possuem, cláusula restritiva relacionada à alteração de controle da Companhia (exceto se em decorrência da Oferta, conforme aditivo da cédula nº 1035954 celebrado pelas partes em 16 de julho de 2020). A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas e entende que atendeu todas as cláusulas restritivas e *covenants* financeiros mencionados acima para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. Não podemos prever os impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 na nossa situação financeira. A Companhia pode enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/o dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais está sujeita no âmbito de suas obrigações.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía limites disponíveis nos financiamentos contratados.

Em 10 de janeiro de 2022, a Companhia procedeu com a 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações de emissão da Companhia, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, sob a forma nominativa e escritural, no valor de R\$ 150 milhões, equivalente a 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures. Sobre o valor nominal unitário incide taxa de CDI + 1,75% a.a. Para mais informações, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

### (h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Para fins de apresentação desta seção todos os números apresentados refletem as demonstrações consolidadas da Companhia, ou seja, todos os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas, e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentadas como se fossem uma única entidade econômica.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020**

<i>(em R\$ milhões, exceto %)</i>	<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>AV</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>Receita operacional líquida</b>					
Venda de mercadorias	1.482,4	72,9%	1.182,7	73,0%	25,3%
Serviços prestados	551,2	27,1%	438,4	27,0%	25,7%
<b>Total da receita operacional líquida</b>	<b>2.033,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.621,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>25,4%</b>
<b>Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados</b>	<b>(1.239,7)</b>	<b>(61,0)%</b>	<b>(951,4)</b>	<b>(58,7)%</b>	<b>30,3%</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>793,9</b>	<b>39,0%</b>	<b>669,8</b>	<b>41,3%</b>	<b>18,5%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Vendas	(429,2)	(21,1)%	(346,4)	(21,4)%	23,9%
Administrativas e gerais	(188,4)	(9,3)%	(151,8)	(9,4)%	24,1%
Outras despesas operacionais, líquidas	(12,4)	(0,6)%	(18,0)	(1,1)%	(31,1)%
<b>Total das receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(630,0)</b>	<b>(31,0)%</b>	<b>(516,2)</b>	<b>(31,8)%</b>	<b>22,0%</b>
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>163,9</b>	<b>8,1%</b>	<b>153,6</b>	<b>9,5%</b>	<b>6,8%</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>					
Despesas financeiras	(115,0)	(5,7)%	(74,1)	(4,6)%	55,1%
Receitas financeiras	43,3	2,1%	19,0	1,2%	127,6%
<b>Total do Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(71,7)</b>	<b>(3,5)%</b>	<b>(55,1)</b>	<b>(3,4)%</b>	<b>30,1%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda, e da contribuição social</b>	<b>92,2</b>	<b>4,5%</b>	<b>98,4</b>	<b>6,1%</b>	<b>(6,3)%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Imposto de renda e contribuição social correntes	(16,9)	(0,8)%	(29,9)	(1,8)%	(43,3)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7,1)	(0,3)%	(0,7)	(0,0)%	889,3%
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(24,0)</b>	<b>(1,2)%</b>	<b>(30,6)</b>	<b>(1,9)%</b>	<b>(21,4)%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>68,2</b>	<b>3,4%</b>	<b>67,9</b>	<b>4,2%</b>	<b>0,5%</b>

***Receita operacional líquida***

A receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2.033,6 milhões comparativamente a R\$ 1.621,2 milhões auferida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma variação de R\$412,4 milhões ou 25,4%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores indicados abaixo.

*Venda de mercadorias.* A receita líquida de venda de mercadorias no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.482,4 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 1.182,7 milhões, o que representou uma variação de R\$ 299,7 milhões ou 25,3%. Este aumento é atribuído ao crescimento de 15,1% da venda mesmas lojas (SSS) e do aumento decorrente da expansão com o amadurecimento das lojas abertas nos últimos 12 meses (17,7% de crescimento da base de lojas em relação ao final de 2020). O forte ritmo de vendas observados no 2º semestre de 2020, após relaxamento das restrições às operações, se manteve no 1º semestre de 2021. No 2º semestre de 2021, observamos um cenário mais desafiador, pois tínhamos uma forte base de comparação, e algumas das variáveis se inverteram com o recrudescimento da pandemia de COVID-19, e a população voltando a gastar com atividades não realizadas nos meses anteriores, como viagens e entretenimento, deixando menos renda disponível para gastos em nossas lojas, além desses, tivemos o efeito adicional negativo da piora do cenário macroeconômico brasileiro. Mesmo assim, conseguimos manter o nível de vendas ao longo do segundo semestre chegando a um crescimento acumulado de 23,8% no ano na Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos ("RBLD") da atividade de Varejo.

*Serviços prestados.* A receita líquida de prestação de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 551,2 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 438,4 milhões, o que representou uma variação de R\$ 112,8 milhões ou 25,7%. Este aumento é atribuído substancialmente a um crescimento de 27,9% na RBLD da atividade de Serviços Financeiros e de 8,2% da atividade de Cartão de Crédito. A RBLD de Serviços Financeiros totalizou R\$501,3 milhões em 2021, com crescimento de 27,9% em relação ao ano anterior. A carteira líquida com juros (originada pelos cartões VerdeCard) ao final do período foi de R\$ 633,2 milhões, frente a R\$ 546,2 milhões ao final de 2020, representando um crescimento de 15,9%. A carteira ao final de 2021 reflete o aumento dos recebíveis originados da utilização do cartão dentro e fora das nossas lojas. A atividade de Cartão de Crédito apresentou crescimento de 8,2% de receita em 2021, representando assim 2,8% das receitas da Companhia. O volume transacionado com o cartão VerdeCard em nossas lojas foi impulsionado pelas vendas de mercadorias, apresentando um crescimento de 17,9% no

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ano em 2021, enquanto que o volume transacionado no cartão fora da loja, prejudicado no ano anterior principalmente pela queda nas compras nos segmentos de combustíveis, confecções e calçados, e bares e restaurantes, voltou a crescer em 2021 com a tendência de normalização do cenário econômico-social o que representa uma propensão de crescimento na originação de recebíveis. O volume transacionado no ano através do VerdeCard cresceu 19,4% e foi de R\$1.994,2 milhões, sendo R\$ 1.036,4 milhões em estabelecimentos conveniados e R\$957,8 milhões nas nossas lojas, crescimentos 20,8% e 17,9%, respectivamente, frente ao ano anterior.

### ***Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados***

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ (1.239,7) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ (951,4) milhões, o que representou uma variação de R\$ (288,3) milhões ou 30,3%. Este aumento é atribuído a um aumento de 26,5% no custo das mercadorias vendidas, devido a (i) um aumento de 25,3% na receita líquida de venda de mercadorias e (ii) um cenário de varejo mais promocional frente a 2020, visto a normalização da oferta de produtos e consequente maior agressividade dos concorrentes locais; e a um aumento de 52,2% no custo dos serviços prestados, reflexo (i) da gradual retomada da inadimplência aos níveis históricos da carteira de crédito; e (ii) do aumento do custo de captação da carteira de crédito, consequência da elevação da taxa básica de juros (Selic) em comparação ao ano anterior.

### ***Lucro bruto***

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 793,9 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 669,8 milhões, o que representou uma variação de R\$ 124,1 milhões ou 18,5 %. Este aumento é atribuído aos fatores mencionados acima.

### ***Receitas (despesas) operacionais***

#### ***Despesas com vendas***

Despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ (429,2) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ (346,1) milhões, o que representou uma variação de R\$ (82,8) milhões ou 23,9%. Este aumento é atribuído substancialmente (i) ao aumento de vendas da Companhia (23,8% de crescimento de receita da atividade de Varejo) e (ii) às despesas adicionais decorrentes da expansão orgânica, com o primeiro ano completo de operações das 50 lojas abertas em 2020 e da inauguração de 70 novas lojas em 2021.

#### ***Despesas administrativas e gerais***

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ (188,4) milhões, ou R\$ (151,8) milhões acima do valor do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ (36,6) milhões ou 24,1%. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) investimentos em pessoal, (ii) gastos com a malha logística para suportar

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a expansão orgânica da companhia, com a inauguração de um novo centro de distribuição em Corbélia-PR e a inauguração do novo CD de Saporanga – RS, que substitui uma operação existente na mesma cidade, (iii) despesas iniciais do projeto *Figital* (Loja Infinita).

### ***Outras despesas operacionais, líquidas***

Outras despesas operacionais, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ (12,4) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foram de R\$ (18,0) milhões, o que representou uma redução de R\$ (5,6) milhões ou 31,1%. Esta redução é atribuída à constituição de provisão realizada em 2020 relacionada à ação judicial referente a contribuição social sobre terço de férias no montante de R\$10,9 milhões, o que não ocorreu em 2021.

### ***Total das receitas (despesas) operacionais***

O total das receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ (630,0) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ (516,2) milhões, o que representou uma variação de R\$ (113,8) milhões ou 22,0 %. Este aumento é atribuído substancialmente à soma das variações das despesas com Vendas, Administrativas e gerais, e outras despesas operacionais líquidas, conforme mencionado acima.

### ***Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido***

O lucro operacional antes do resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 163,9 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 153,6 milhões, o que representou uma variação de R\$ 10,4 milhões ou 6,8%. Este aumento é atribuído aos fatores mencionados acima.

### ***Resultado Financeiro Líquido***

Resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ (71,7) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ (55,1) milhões, o que representou uma variação de R\$ (16,6) milhões ou 30,1%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da taxa básica de juros e o aumento dos juros sobre o passivo de arrendamento em decorrência da aceleração da abertura de lojas.

### ***Lucro antes do imposto de renda e contribuição social***

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 92,2 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 98,4 milhões, o que representou uma redução de R\$ 6,2 milhões ou 6,3%, devido aos fatores descritos acima.

### ***Total do imposto de renda e contribuição social***

Total do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ (24,0) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

dezembro de 2020, que foi de R\$ (30,6) milhões, o que representou uma redução de R\$ 6,6 milhões ou 21,4 %. Esta redução provém (i) do aumento da distribuição de juros sobre o capital próprio na qual o efeito foi de R\$ 7,7 milhões em 2021, sendo R\$ 23,0 milhões distribuídos, contra R\$ 4,3 milhões em 2020, sendo R\$ 12,6 milhões distribuídos e (ii) da redução do lucro antes de imposto de renda e contribuição social, conforme explicitado acima.

***Lucro do exercício***

Lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 68,2 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 67,9 milhões, o que representou uma variação de R\$ 0,4 milhões ou 0,5%. Este aumento é atribuído aos fatores mencionados acima.

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

<i>(em R\$ milhões, exceto %)</i>	<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>AV</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>Receita operacional líquida</b>					
Venda de mercadorias	1.182,7	73,0%	934,9	69,6%	26,5%
Serviços prestados	438,4	27,0%	409,1	30,4%	7,2%
<b>Total da receita operacional líquida</b>	<b>1.621,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.344,0</b>	<b>100,0%</b>	20,6%
<b>Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados</b>	<b>(951,4)</b>	<b>(58,7)%</b>	<b>(802,0)</b>	<b>(59,7)%</b>	18,6%
<b>Lucro bruto</b>	<b>669,8</b>	<b>41,3%</b>	<b>542,0</b>	<b>40,3%</b>	23,6%
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Vendas	(346,4)	(21,4)%	(287,7)	(21,4)%	20,4%
Administrativas e gerais	(151,8)	(9,4)%	(125,6)	(9,3)%	20,8%
Outras despesas operacionais, líquidas	(18,0)	(1,1)%	(14,8)	(1,1)%	22,1%
<b>Total das receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(516,2)</b>	<b>(31,8)%</b>	<b>(428,1)</b>	<b>(31,8)%</b>	20,6%
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>153,6</b>	<b>9,5%</b>	<b>114,0</b>	<b>8,5%</b>	34,7%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>					
Despesas financeiras	(74,1)	(4,6)%	(82,5)	(6,1)%	(10,1)%
Receitas financeiras	19,0	1,2%	16,0	1,2%	18,7%
<b>Total do Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(55,1)</b>	<b>(3,4)%</b>	<b>(66,5)</b>	<b>(4,9)%</b>	(17,1)%
<b>Lucro antes do imposto de renda, e da contribuição social</b>	<b>98,4</b>	<b>6,1%</b>	<b>47,5</b>	<b>3,5%</b>	107,1%



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<i>(em R\$ milhões, exceto %)</i>	<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>AV</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(29,9)	(1,8)%	(15,3)	(1,1)%	95,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(0,7)	(0,0)%	(2,1)	(0,2)%	(65,7)%
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(30,6)</b>	<b>(1,9)%</b>	<b>(17,4)</b>	<b>(1,3)%</b>	<b>75,7%</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>67,9</b>	<b>4,2%</b>	<b>30,1</b>	<b>2,2%</b>	<b>125,3%</b>

A receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.621,2 milhões comparativamente a R\$1.344,0 milhões auferida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de R\$277,1 milhões ou 20,6%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores indicados abaixo.

**Venda de mercadorias.** A receita líquida de venda de mercadorias no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.182,7 milhões em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$934,9 milhões, o que representou uma variação de R\$247,8 milhões ou 26,5%. Este aumento é atribuído ao crescimento de 18,2% da venda mesmas lojas (SSS) e do aumento decorrente da expansão com o amadurecimento das lojas abertas nos últimos 12 meses (14,2% de crescimento da base de lojas em relação ao final de 2019). A forte retomada das vendas iniciada após o período de relaxamento das restrições às operações, ainda no segundo trimestre de 2020, se manteve no 4º trimestre de 2020, em ritmo de crescimento maior que o apresentado neste ano antes da pandemia, permitindo compensar os impactos sofridos pela interrupção e restrições das operações ocorridos no primeiro semestre de 2020, e chegar a um crescimento acumulado de 27,9% no ano na Receita Bruta, Líquida de Devoluções e Abatimentos ("RBLD") da atividade de Varejo.

**Serviços prestados.** A receita líquida de prestação de serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$438,4 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$409,1 milhões, o que representou uma variação de R\$29,3 milhões ou 7,2%. Este aumento é atribuído substancialmente a um crescimento de 8,9% na RBLD da atividade de Serviços Financeiros e de 0,9% da atividade de Cartão de Crédito. A RBLD de Serviços Financeiros totalizou R\$391,8 milhões em 2020, com crescimento de 8,9% em relação ao ano anterior. A carteira líquida com juros (originada pelos cartões VerdeCard) ao final do período foi de R\$546,0 milhões, frente a R\$499,6 milhões ao final de 2019, representando um crescimento de 9,3%. A carteira ao final de 2020 ainda reflete o impacto da queda de vendas em março e abril (em função da interrupção de funcionamento das lojas), e do posicionamento mais conservador na concessão de crédito adotado no início da pandemia, e que passou a ser flexibilizado ao longo do ano. A atividade de Cartão de Crédito apresentou crescimento de 0,9% de receita em 2020, representando assim 3,2% das receitas da Companhia. O volume transacionado com o cartão VerdeCard em nossas lojas foi impactado pelo fechamento de lojas e restrições de operação nos primeiros meses da pandemia, mas voltou a apresentar crescimento

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a partir do terceiro trimestre de 2020, retomando em patamar superior àquele anterior à pandemia, enquanto que o volume transacionado no cartão fora da loja, também impactado pelos efeitos da pandemia, voltou a apresentar crescimento no terceiro trimestre de 2020, após queda no segundo trimestre de 2020, prejudicado principalmente pela queda nas compras nos segmentos de combustíveis, confecções e calçados, e bares e restaurantes. O volume transacionado no ano através do VerdeCard cresceu 5,1% e foi de R\$1.670,5 milhões, sendo R\$857,8 milhões em estabelecimentos conveniados e R\$812,7 milhões nas nossas lojas, crescimentos 3,3% e 7,1%, respectivamente, frente ao ano anterior.

### ***Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados***

O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$(951,4) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$(802,0) milhões, o que representou uma variação de R\$(149,4) milhões ou 18,6%. Este aumento é atribuído substancialmente a um aumento de 26,4% no custo das mercadorias vendidas, devido a um aumento de 26,5% na receita líquida de venda de mercadorias; e a uma redução de 12,5% no custo dos serviços prestados, reflexo (i) de um nível de inadimplência historicamente baixo, decorrente de um posicionamento conservador na concessão de crédito adotado no início da pandemia, do fortalecimento e aumento da eficiência na operação de cobrança, e também de uma situação econômica de nossos clientes, menos impactada pela pandemia do que havia sido previsto no primeiro semestre; e (ii) da redução do custo de captação da carteira de crédito, consequência da redução da taxa básica de juros (Selic) em comparação ao ano anterior..

### ***Lucro bruto***

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$669,8 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$542,0 milhões, o que representou uma variação de R\$127,8 milhões ou 23,6%. Este aumento é atribuído aos fatores mencionados acima.

### ***Receitas (despesas) operacionais***

#### ***Despesas com vendas***

Despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$(346,4) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$(287,7) milhões, o que representou uma variação de R\$(58,8) milhões ou 20,4%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de vendas da Companhia (27,9% de crescimento de receita da atividade de Varejo) e às despesas adicionais decorrentes da expansão orgânica, com o primeiro ano completo de operações das 50 lojas abertas em 2019 e da inauguração de 50 novas lojas em 2020.

#### ***Despesas administrativas e gerais***

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$(151,8) milhões, ou R\$(26,2) milhões acima do valor do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$(125,6) milhões. Este aumento é atribuído

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

substancialmente a investimentos em pessoal e na nova estrutura do centro de distribuição de Santo Cristo - RS, para suportar a expansão orgânica da Companhia.

### ***Outras despesas operacionais, líquidas***

Outras despesas operacionais, líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$(18,0) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foram de R\$(14,8) milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$(3,3) milhões ou 22,1%. Esta variação é atribuída (i) a um impacto positivo em 2020 pelo reconhecimento de R\$8,5 milhões referentes ao êxito em ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (valor principal, líquido de honorários advocatícios), e impactos negativos (ii) pela constituição de provisão relacionada a ação judicial referente a contribuição social sobre terço de férias no montante de R\$10,9 milhões e (iii) pela despesa de R\$2,6 milhões referente ao Plano de Opções de Compra de Ações implementado no terceiro trimestre de 2020.

### ***Total das receitas (despesas) operacionais***

O total das receitas (despesas) operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$(516,2) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$(428,1) milhões, o que representou uma variação de R\$(88,2) milhões ou 20,6%. Este aumento é atribuído substancialmente à soma das variações das despesas com Vendas, Administrativas e gerais, e Outras despesas operacionais líquidas, conforme mencionado acima.

### ***Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido***

O lucro operacional antes do resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$153,6 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$114,0 milhões, o que representou uma variação de R\$39,6 milhões ou 34,7%. Este aumento é atribuído aos fatores mencionados acima.

### ***Resultado Financeiro Líquido***

Resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$(55,1) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$(66,5) milhões, o que representou uma variação de R\$(11,3) milhões ou 17,1%. Esta melhora é atribuída substancialmente a menores Despesas Financeiras, beneficiadas por uma dívida com menor taxa de juros, tanto devido à redução da taxa Selic, quanto um menor spread de juros; e também por um caixa maior após o recebimento de recursos em decorrência da oferta pública inicial de ações da Companhia, que beneficiou as Receitas Financeiras.

### ***Lucro antes do imposto de renda e contribuição social***

O lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$98,4 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$47,5 milhões, o que representou uma variação de R\$50,9 milhões ou 107,1%. Este aumento é atribuído aos fatores mencionados acima.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Total do imposto de renda e contribuição social***

Total do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$(30,6) milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$(17,4) milhões, o que representou uma variação de R\$(13,2) milhões ou 75,7%. Este aumento provém majoritariamente do aumento do lucro antes de imposto de renda e contribuição social.

### ***Lucro do exercício***

Lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$67,9 milhões, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$30,1 milhões, o que representou uma variação de R\$37,7 milhões ou 125,3%. Este aumento é atribuído aos fatores mencionados acima.

## **BALANÇOS PATRIMONIAIS**

### **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020**

<i>(em R\$ milhões, exceto %)</i>	<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>AV</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalente de caixa	256,4	9,5%	475,4	21,4%	(46,1)%
Aplicações financeiras	84,9	3,2%	31,5	1,4%	169,2%
Contas a receber de clientes	833,1	30,9%	646,3	29,1%	28,9%
Estoques	458,0	17,0%	318,9	14,4%	43,6%
Impostos a recuperar	143,5	5,3%	70,3	3,2%	104,1%
Despesas antecipadas	3,4	0,1%	2,4	0,1%	46,3%
Outros créditos	43,7	1,6%	57,5	2,6%	(23,9)%
<b>Total ativo circulante</b>	<b>1.823,1</b>	<b>67,7%</b>	<b>1.602,4</b>	<b>72,2%</b>	<b>13,8%</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber de clientes	34,7	1,3%	18,2	0,8%	90,6%
Partes relacionadas – Outras contas a receber	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	133,5	5,0%	140,5	0,0%	(5,0)%
Impostos a Recuperar	49,4	1,8%	0,0	6,3%	0,0%
Depósitos judiciais	13,9	0,5%	14,2	0,6%	(2,3)%
Despesas Antecipadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	(77,8)%
Outros créditos	0,5	0,0%	0,2	0,0%	130,0%
FIDC Verdecard	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Imobilizado	587,6	21,8%	399,6	18,0%	47,1%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Intangível	49,4	1,8%	43,5	2,0%	13,6%
<b>Total do Ativo não circulante</b>	<b>869,0</b>	<b>32,3%</b>	<b>616,3</b>	<b>27,8%</b>	<b>41,0%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.692,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.218,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>21,3%</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	434,5	16,1%	357,3	16,1%	21,6%
Fornecedores - convênio	41,3	1,5%	12,1	0,5%	241,4%
Empréstimos e financiamentos	109,5	4,1%	167,9	7,6%	(34,8)%
Quotas seniores FIDC Verdecard	132,1	4,9%	81,4	3,7%	62,3%
Passivos de Arrendamento - CP	58,0	2,2%	45,8	2,1%	26,5%
Obrigações com conveniadas	147,7	5,5%	120,7	5,4%	22,4%
Impostos e contribuições a recolher	20,2	0,7%	17,6	0,8%	14,8%
Salários e férias a pagar	75,5	2,8%	70,8	3,2%	6,7%
Receita diferida	0,0	0,0%	1,5	0,1%	(100,0)%
Dividendos a pagar	15,1	0,6%	15,1	0,7%	(0,0)%
Obrigações por repasse	16,5	0,6%	16,7	0,8%	(0,9)%
Outras obrigações	76,1	2,8%	70,3	3,2%	<b>8,3%</b>
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.126,6</b>	<b>41,8%</b>	<b>977,1</b>	<b>44,0%</b>	<b>15,3%</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	158,3	5,9%	207,8	9,4%	(23,8)%
Quotas seniores FIDC Verdecard	378,3	14,1%	214,9	9,7%	76,1%
Contas a pagar por aquisição de investimento	18,5	0,7%	47,8	2,2%	(61,3)%
Receita diferida	0,2	0,0%	0,2	-	0,0%
Passivos de Arrendamento - LP	395,5	14,7%	262,2	0,0%	50,8%
Outras Obrigações	48,2	1,8%	0,0	11,8%	0,0%
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	25,1	0,9%	29,4	1,3%	(14,8)%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.024,0</b>	<b>38,0%</b>	<b>762,3</b>	<b>34,4%</b>	<b>34,3%</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	450,6	16,7%	450,6	20,3%	0,0%
Reserva de Capital	(15,5)	(0,6)%	(26,4)	(1,2)%	(41,1)%
Reserva Legal	7,2	0,3%	3,8	0,2%	89,4%
Reserva de Incentivos Fiscais	11,2	0,4%	6,9	0,3%	62,6%
Reserva de Lucros	88,0	3,3%	44,4	2,0%	98,2%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>541,5</b>	<b>20,1%</b>	<b>479,3</b>	<b>21,6%</b>	<b>13,0%</b>
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.692,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.218,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>21,3%</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Ativo circulante***

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R\$ 1.823,1 milhões, em comparação a R\$ 1.602,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$220,7 milhões, ou 13,8% é atribuído substancialmente a cinco fatores: (i) aumento de R\$186,8 milhões em Contas a receber de clientes devidos principalmente ao aumento da carteira de recebíveis do FIDC Verdecard; (ii) aumento de R\$139,1 milhões de Estoques, devido principalmente ao aumento de vendas e à expansão de lojas; (iii) aumento de R\$ 73,2 milhões de impostos a recuperar referentes principalmente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) nas mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária no estado do Rio Grande do Sul, conforme decreto RS nº 55.521/2020; (iv) aumento de R\$53,4 milhões em Aplicações Financeiras visando aumentar a rentabilidade do Caixa e equivalentes de caixa; e (v) compensados parcialmente pela consumo de R\$ 219,1 milhões de Caixa e equivalente de caixa.

### ***Ativo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 869,0 milhões, em comparação a R\$ 616,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 252,7 milhões, ou 41,0% é atribuído substancialmente a um aumento do Imobilizado em R\$ 188,0 milhões, dos quais (i) R\$135,8 milhões são referentes a direito de uso (arrendamento) que correspondem à locação de imóveis das lojas e centros de distribuição da Companhia e R\$ 38,8 milhões referentes à aquisição de equipamentos, mobiliários e benfeitorias em imóveis de terceiros; e (ii) R\$ R\$ 49,4 milhões são de impostos a recuperar referentes à ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS compreendendo os períodos de 01/2002 a 08/2008. Esses valores serão recuperados pela Companhia através de pedido de compensação perante a Receita Federal do Brasil, e serão repassados conforme contrato firmado entre as partes para os antigos controladores.

### ***Passivo circulante***

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R\$ 1.126,6 milhões, em comparação a R\$ 977,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 149,5 milhões, ou 15,3% é atribuído substancialmente: (i) ao aumento de R\$77,2 milhões na conta de Fornecedores devido ao aumento do volume de compras, para suportar a expansão das vendas da Companhia; (ii) ao aumento de R\$50,7 milhões na posição de curto prazo das Quotas seniores do FIDC Verdecard, devido a nova emissão de cotas seniores no montante de R\$ 300,0 milhões; e (iii) ao aumento de R\$27,0 milhões na conta de Obrigações com Conveniadas referente ao aumento da utilização do Cartão VerdeCard fora de nossas lojas.

### ***Passivo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante era de R\$ 1.024,0 milhões, em comparação a R\$ 762,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$261,7 milhões, ou 34,3% é atribuído substancialmente a quatro fatores: (i) aumento de R\$163,5 milhões referente às Quotas seniores do FIDC Verdecard, devido a nova emissão de cotas seniores no montante de R\$ 300,0 milhões; (ii) aumento de R\$ 133,3 milhões no Passivo de Arrendamento, devido aos novos contratos e renovações de contratos de locação de imóveis das lojas e centros

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de distribuição; (iii) aumento de R\$ 48,2 milhões na conta de Outras Obrigações referente aos valores a repassar aos antigos controladores referentes a ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS compreendendo os períodos de 01/2002 a 08/2008; e (iv) redução de R\$ 49,5, milhões em Empréstimos e Financiamentos devido ao cronograma de vencimentos da dívida da Companhia.

### **Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 541,5 milhões, em comparação a R\$ 479,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 62,2 milhões, ou 13,0% é atribuído a (i) aumento de R\$ 68,2 milhões devido ao lucro líquido do resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) constituição de 11,0 milhões em provisão para o Plano de Opção de Compra de Ações; e (iii) redução de R\$(16,9) milhões referentes aos dividendos mínimos obrigatórios, no montante de 25% do lucro líquido ajustado.

### **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

<i>(em R\$ milhões, exceto %)</i>	<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>AV</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalente de caixa	475,4	21,4%	240,3	14,6%	97,9%
Aplicações financeiras	31,5	1,4%	30,0	1,8%	5,0%
Contas a receber de clientes	646,3	29,1%	570,9	34,7%	13,2%
Estoques	318,9	14,4%	224,3	13,6%	42,2%
Impostos a recuperar	70,3	3,2%	53,0	3,2%	32,8%
Despesas antecipadas	2,4	0,1%	6,6	0,4%	(64,4)%
Outros créditos	57,5	2,6%	28,8	1,8%	99,7%
<b>Total ativo circulante</b>	<b>1.602,4</b>	<b>72,2%</b>	<b>1.153,9</b>	<b>70,2%</b>	<b>38,9%</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber de clientes	18,2	0,8%	16,3	1,0%	11,5%
Partes relacionadas – Outras contas a receber	-	-	11,3	0,7%	(100,0)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	140,5	6,3%	141,3	8,6%	(0,5)%
Depósitos judiciais	14,2	0,6%	14,9	0,9%	(4,4)%
Despesas Antecipadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	80,0%
Outros créditos	0,2	0,0%	0,2	0,0%	27,5%
Imobilizado	399,6	18,0%	268,6	16,3%	48,8%
Intangível	43,5	2,0%	38,4	2,3%	13,3%
<b>Total do Ativo não circulante</b>	<b>616,3</b>	<b>27,8%</b>	<b>490,9</b>	<b>29,8%</b>	<b>25,5%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<i>(em R\$ milhões, exceto %)</i>	<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>AV</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.218,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.644,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>34,9%</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	357,3	16,1%	267,5	16,3%	33,6%
Fornecedores - convênio	12,1	0,5%	46,6	2,8%	(74,0)%
Empréstimos e financiamentos	167,9	7,6%	69,2	4,2%	142,5%
Quotas seniores FIDC Verdecard	81,4	3,7%	63,3	3,8%	28,7%
Passivos de Arrendamento - CP	45,8	2,1%	37,3	2,3%	22,9%
Obrigações com conveniadas	120,7	5,4%	105,9	6,4%	13,9%
Impostos e contribuições a recolher	17,6	0,8%	13,1	0,8%	34,2%
Salários e férias a pagar	70,8	3,2%	54,1	3,3%	30,8%
Receita diferida	1,5	0,1%	1,6	0,1%	(8,3)%
Dividendos a pagar	15,1	0,7%	5,1	0,3%	197,6%
Obrigações por repasse	16,7	0,8%	18,1	1,1%	(7,8)%
Outras obrigações	70,3	3,2%	25,8	1,6%	172,8%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>977,1</b>	<b>44,0%</b>	<b>707,5</b>	<b>43,0%</b>	<b>38,1%</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	207,8	9,4%	266,8	16,2%	(22,1)%
Quotas seniores FIDC Verdecard	214,9	9,7%	296,1	18,0%	(27,4)%
Contas a pagar por aquisição de investimento	47,8	2,2%	46,5	2,8%	2,8%
Receita diferida	0,2	0,0%	1,5	0,1%	(83,9)%
Passivos de Arrendamento - LP	262,2	11,8%	170,3	-	53,9%
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	29,4	1,3%	10,6	0,6%	178,4%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>762,3</b>	<b>34,4%</b>	<b>791,7</b>	<b>48,1%</b>	<b>(3,7)%</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	450,6	20,3%	139,8	8,5%	222,2%
Reserva de Capital	(26,4)	(1,2)%	2,5	0,2%	(1.163,5)%
Reserva Legal	3,8	0,2%	0,4	0,0%	802,1%
Reserva de Incentivos Fiscais	6,9	0,3%	2,9	0,2%	135,6%
Reserva de Lucros	44,4	2,0%	-	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>479,3</b>	<b>21,6%</b>	<b>145.666</b>	<b>8,9%</b>	<b>229,1%</b>
<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.218,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.644.802</b>	<b>100,0%</b>	<b>34,9%</b>



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Ativo circulante***

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$1.602,4 milhões, em comparação a R\$1.153,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$448,5 milhões, ou 38,9% é atribuído substancialmente a três fatores: (i) aumento de R\$235,2 milhões de Caixa e equivalentes de caixa devido principalmente à oferta primária inicial de distribuição de ações, que resultou em uma injeção de caixa de R\$264,6 milhões para a Companhia; (ii) aumento de R\$75,4 milhões em Contas a receber de clientes devidos principalmente ao aumento da carteira de recebíveis com juros no FIDC Verdecard; e (iii) aumento de R\$94,6 milhões de Estoques, devido principalmente ao aumento significativo de vendas no segundo semestre de 2020, e à expansão de lojas.

### ***Ativo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$616,3 milhões, em comparação a R\$490,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$125,4 milhões, ou 25,5% é atribuído substancialmente a um aumento do Imobilizado em R\$131,0 milhões, dos quais R\$95,1 milhões são referentes a direito de uso (arrendamento) que correspondem à locação de imóveis das lojas e centros de distribuição da Companhia.

### ***Passivo circulante***

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$977,1 milhões, em comparação a R\$707,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$269,6 milhões, ou 38,1% é atribuído substancialmente a três fatores: (i) aumento de R\$89,8 milhões na conta de Fornecedores devido ao aumento do volume de compras, para suportar a expansão das vendas da Companhia; (ii) aumento de R\$98,7 milhões na conta de Empréstimos e Financiamentos, devido principalmente aos R\$90,0 milhões de captações adicionais feitas pela Companhia no início da pandemia para aumentar o caixa disponível, como estratégia para enfrentar a incerteza do período inicial da pandemia; (iii) aumento de R\$18,1 milhões na posição de curto prazo das Quotas seniores do FIDC Verdecard, seguindo o cronograma de amortizações definido no momento das emissões da cada série; e (iv) aumento de R\$44,5 milhões em Outras obrigações devido principalmente ao aumento nos saldos de adiantamento de clientes e de venda com entrega futura.

### ***Passivo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$762,3 milhões, em comparação a R\$791,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$29,4 milhões, ou (3,7)% é atribuída substancialmente a três fatores: (i) redução de R\$58,9 milhões em Empréstimos e Financiamentos devido ao cronograma de vencimentos da dívida da Companhia; (ii) redução de R\$81,2 milhões referente às Quotas seniores do FIDC Verdecard, devido ao cronograma de amortização das quotas; e (iii) aumento de R\$91,8 milhões no Passivo de Arrendamento, devido aos novos contratos e renovações de contratos de locação de imóveis das lojas e centros de distribuição.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Patrimônio líquido***

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$479,3 milhões, em comparação a R\$145,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$333,7 milhões, ou 229,1% é atribuído substancialmente a (i) aumento de R\$67,9 milhões devido ao lucro líquido do resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) R\$279,3 milhões relativo a aumento de capital (oferta pública inicial de ações e exercícios de opções de ações); e (iii) R\$(16,1) milhões devido a dividendos e juros sobre capital próprio.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****FLUXO DE CAIXA****Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020**

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	AH
<b>Fluxo de caixa</b>			
Fluxo de caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	139,9	43,2	223,7%
Fluxo de caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(131,1)	(58,1)	125,9%
Fluxo de caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(227,8)	250,0	(191,1)%
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(219,1)</b>	<b>235,2</b>	<b>(193,2)%</b>

***Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais***

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 139,9 milhões, em comparação ao caixa líquido gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 43,2 milhões. Este aumento de R\$ 96,6 milhões é atribuído substancialmente (i) ao aumento de R\$ 277,2 milhões de Quotas seniores FIDC VerdeCard referentes à nova emissão de cotas seniores no montante de R\$ 300,0 milhões em 2021; e (ii) ao consumo de R\$ 192,2 milhões em Contas a receber de clientes através, principalmente, do financiamento das vendas pelo FIDC VerdeCard.

***Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos***

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ (131,1) milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ (58,1) milhões. Este aumento de R\$ 73,1 milhões no caixa utilizado é atribuído substancialmente aos (i) R\$ 51,9 milhões investidos em aplicações financeiras para rentabilizar o caixa; e (ii) R\$ 23,7 milhões adicionais na aquisição de imobilizado.

***Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento***

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ (227,8) milhões, em comparação ao caixa líquido gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$ 250,0 milhões. Esta variação de R\$ 477,8 milhões no caixa utilizado é atribuída substancialmente (i) a R\$284,0 milhões de integralização de capital que ocorreu, devido à oferta pública inicial de ações da Companhia e exercícios de opções de ações em 2020, o que não se verificou em 2021; (ii) ao pagamento de R\$ 90,9 milhões de juros e principal de endividamentos; e (iii) à redução de R\$ 62,2 milhões na captação de financiamentos.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

<i>(em R\$ milhões, exceto %)</i>	<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>AH</b>
<b>Fluxo de caixa</b>			
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	43,2	121,6	(64,5)%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(58,1)	(42,5)	36,6%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(250,0)	11,2	2.124,1%
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>235,2</b>	<b>90,3</b>	<b>160,4%</b>

***Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais***

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$43,2 milhões, em comparação ao caixa líquido gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$121,6 milhões. Esta redução de R\$78,4 milhões, ou (64,5)% é atribuída substancialmente a um consumo de caixa no montante de R\$132,7 milhões em Quotas seniores FIDC Verdecard, devido ao cronograma de amortização de quotas e à não realização de nova emissão de quotas no ano de 2020, bem como a uma geração de caixa R\$35,7 milhões de Outras obrigações e contas a pagar.

***Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos***

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ (58,1) milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ (42,5) milhões. Este aumento de R\$15,6 milhões no caixa utilizado é atribuído substancialmente a um aumento de R\$12,3 milhões de consumo de caixa por aquisição de imobilizado devido principalmente à abertura de novas lojas, e investimento nas novas estruturas dos centros de distribuição e implementação de melhorias no *datacenter*.

***Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento***

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 250,0 milhões, em comparação ao caixa líquido gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$ 11,2 milhões. Esta variação de R\$238,8 milhões, ou 2.124,1% é atribuída substancialmente a (i) R\$ 284,0 milhões por integralização de capital, devido à oferta pública inicial de ações da Companhia e exercícios de opções de ações; e (ii) R\$ (51,0) milhões por tomadas, líquidas de pagamentos de principal e juros, de linhas de empréstimos e financiamento.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia possui apenas um segmento operacional.

A receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 2.033,6 milhões, R\$ 1.621,2 milhões e R\$ 1.344,0 milhões, respectivamente, nos exercícios sociais encerrados em 2021, 2020 e 2019.

### (a) Resultados das operações do emissor

#### (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As operações da Companhia estão organizadas em três grandes atividades de negócios: (i) Varejo, (ii) Serviços Financeiros e (iii) Cartão de Crédito.

- **Varejo:** a Lojas Quero-Quero é um varejista de material de construção, sendo esta a principal fonte de receita da Companhia. O negócio de Varejo é complementado com a revenda de mercadorias da categoria de eletrodomésticos e móveis, além da prestação de serviços, como fretes e habilitação de celulares.
- **Serviços Financeiros:** por meio da parceria com seguradoras, a Companhia oferece aos seus clientes o serviço de intermediação na venda de seguros, como Garantia Estendida, Seguro Residencial, Seguro Internação Hospitalar, entre outros. A Companhia atua como intermediadora, não retendo os riscos atrelados nos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. Através de parceria com instituições financeiras, a Companhia também oferece aos seus clientes produtos financeiros como Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Empréstimo Pessoal, Crédito Rotativo, Parcelamento de Fatura, entre outros. A Companhia atua tanto como correspondente das instituições financeiras parceiras, com as quais mantém um acordo de repartição de resultados ("Profit-Sharing"), quanto através do FIDC Verdecard.
- **Cartão de Crédito:** a Companhia, por meio de sua Controlada Verde, oferece aos seus clientes um cartão de crédito próprio, de bandeira VerdeCard, com o qual é possível realizar compras nas Lojas Quero-Quero e em mais de 250 mil estabelecimentos credenciados pela própria Verde ou por integrantes de rede de parceiro comercial, como a Banrisul Vero, a Cielo e a Stone. As principais receitas proporcionadas pelo negócio de Cartão de Crédito são tarifa de anuidade do cartão e taxa de administração (Merchant Discount Rate, ou "MDR"), tanto como credenciador quanto como instituidor de arranjo de pagamento.

#### (ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Além dos fatores mencionados no item 10.1(h) deste Formulário de Referência, nossas operações são afetadas por condições macroeconômicas, em que os principais fatores são (i) poder de compra do consumidor, (ii) taxa de desemprego, (iii) crescimento do PIB, (iv) disponibilidade de crédito, (v) taxa de inflação, (vi) taxa de juros, (vii) taxa de câmbio e (viii) grau de confiança do consumidor.

Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio, do IBGE, a receita do varejo de material de construção no estado do Rio Grande do Sul cresceu 3% em 2019, 13% em 2020 e 27% em 2021, enquanto que a venda de Material de Construção da Companhia cresceu 16% em 2019, 27% em 2020 e

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

37% em 2021.

Mesmo em um cenário macroeconômico bastante desafiador, a Companhia conseguiu crescer acima da média do mercado de material de construção nos 3 exercícios aqui analisados, consolidando sua posição no mercado através do ganho de market share, de acordo com os dados do IBGE conforme citado no parágrafo anterior. Essa sequência de crescimento sobre crescimento, mesmo em um cenário de recessão no Brasil, nos dá mais confiança em nossa capacidade de crescer e continuar ampliando nossa participação de mercado, organicamente, além de melhorar nossa eficiência operacional, como temos feito nos últimos anos.

No longo prazo, vemos de maneira positiva os fatores macroeconômicos que listamos anteriormente, e acreditamos que os mesmos contribuirão significativamente para o crescimento do poder de consumo das atuais Classes C e D, que representam parte significativa dos nossos clientes.

### **(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A receita de venda de mercadorias da Companhia não está diretamente relacionada, ou indexada, a taxas de câmbio, taxas de inflação e taxas de juros, sendo as variações desta receita resultantes de (i) variações de preços dos produtos e (ii) variações das quantidades de mercadorias vendidas:

- i. As variações de preços, embora sejam realizadas de forma discricionária pela Companhia, foram motivadas, nos últimos anos, pela necessidade de compensar efeitos de (a) alterações na legislação tributária e (b) variações nos custos das mercadorias. Tais variações nos custos das mercadorias estiveram direta ou indiretamente relacionadas a fatores como: (i) variações nas taxas de câmbio (a Companhia importa uma quantidade muito pequena de produtos relativamente às compras de produtos nacionais, sendo este fator principalmente relacionado a custos de fornecedores que importam componentes para a fabricação de seus produtos), (ii) variação nas taxas de inflação, ou (iii) variações nas taxas de juros, que afetam o resultado de nossos fornecedores. Historicamente, a Companhia tem sido capaz de repassar tais impactos aos seus clientes. A variação de preços não tem sido um componente relevante na variação da receita.
- ii. Em relação a variações nas quantidades de mercadorias vendidas, os principais fatores que têm contribuído para estas variações são (a) a abertura de novas lojas, que permite atender a uma população até então não atendida pela Companhia, o que incrementa a quantidade de produtos vendidos e (b) a aquisição de novos clientes nas lojas existentes. Nos últimos anos, as variações nas quantidades de mercadorias vendidas foram o principal fator de variação na receita de venda de mercadorias, principalmente devido à expansão no número de lojas da Companhia e à expansão na base de clientes do cartão VerdeCard.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Variação da taxa de juros: a redução da taxa de juros ocorrida nos últimos anos impactou positivamente o resultado operacional e o resultado financeiro líquido da Companhia, (i) reduzindo o custo de captação de recursos na parceria com instituições financeiras e no FIDC Verdecard, que financiam a operação de crédito com juros do cartão VerdeCard e (ii) reduzindo o custo da dívida da Companhia, atrelado ao CDI.

Impacto da inflação: variações nas taxas de inflação impactaram diretamente nosso resultado operacional principalmente (i) nas despesas de aluguel de imóveis, cujos contratos, em sua maioria, são corrigidos periodicamente por índices atrelados à inflação, e (ii) no custo de captação de recursos do FIDC Verdecard, que possui uma série (Série 3) com remuneração atrelada ao índice de inflação IPCA.

Taxa de câmbio: o volume de produtos importados pela Companhia nos últimos anos, quando comparado com as mercadorias adquiridas no mercado nacional, não é relevante, representando menos de 1% das compras. Portanto variações na taxa de câmbio não impactaram diretamente o resultado operacional e o resultado financeiro da Companhia. Tais variações, no entanto, afetaram os custos de alguns de nossos fornecedores. Variações por eles repassadas para a Companhia foram repassadas para o preço do consumidor final.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável, visto que não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

**(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não aplicável, visto que não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

**(c) Eventos ou operações não usuais**

Exceto pelo descrito no item 10.9 em relação à pandemia de COVID-19 e seus efeitos nas atividades e na condição financeira da Companhia, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não houve eventos ou operações não usuais.



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**IFRS 16 – CPC 06 (R2) Arrendamentos

A norma IFRS 16 / CPC 06 (R2), aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, alterou o modelo de contabilização de arrendamentos ao exigir dos arrendatários o reconhecimento dos passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Os passivos de arrendamento correspondem aos fluxos de pagamentos futuros ajustados a valor presente, descontados por taxa de juros incrementais de empréstimos, e os ativos de direitos de uso são apresentados ao custo amortizado. Antes de sua adoção, os arrendamentos eram classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário, e todos os demais arrendamentos eram classificados pela Companhia como “operacional”.

Alterações IFRS 10 e à IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture)

O IFRS 10 / IAS 28 sofreram alterações e possuem data indeterminada para vigorar. Em caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou joint venture, o efeito da transação somente seria reconhecido no resultado na medida que a transação for com um terceiro não relacionado. O CPC ainda não emitiu pronunciamento equivalente a essa IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção das IFRS está condicionada à aprovação prévia pelo Conselho Federal de Contabilidade e em ato normativo da CVM.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 deverá vigorar para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. Norma contábil abrangente para contratos de seguros que trata do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos mesmos. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo de contabilidade para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras. Comparado com os requisitos da IFRS 4, que são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, tratando de todos os aspectos contábeis relevantes.

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante

O IAS 1 sofreu alterações e deverá vigorar para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Ele esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante.

Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado

O IAS 16 sofreu alterações e deverá vigorar para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. Ele proíbe a dedução do custo do imobilizado de qualquer venda de itens produzidos internamente enquanto a empresa está preparando o ativo para o uso pretendido. Consequentemente, a empresa reconhece esses recursos da venda e custos relacionados no resultado.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****Alteração da norma IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Definição de Estimativas Contábeis.**

O IAS 8 sofreu alterações e deverá vigorar para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Ele esclarece que uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro.

**(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis****IFRS 16 – CPC 06 (R2) Arrendamentos**

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia fez a transição da norma IFRS 16/CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, não reapresentou informações e saldos em base comparativa. Através da avaliação realizada pela Administração, concluiu-se que a adoção desta norma produziu um efeito temporal no lucro líquido em função da mudança de metodologia no reconhecimento dos valores pagos em contrapartida à locação de imóveis comerciais. Os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia em 1º de janeiro de 2019 estão apresentados nas tabelas abaixo:

**Impactos referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:**

Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ milhões)			% 2021		% 2021		2021		2020		% 2021		2019		% 2021	
	2021	2020	vs 2020		2019	vs 2019	Pró-forma	Pró-forma	Pró-forma	Pró-forma	vs 2020		Pró-forma	Pró-forma	vs 2019	
Receita Bruta Líquida de Devoluções	2.518,4	2.029,2	24,1%		1.653,3	52,3%	2.518,4	2.029,2	24,1%				1.653,3	52,3%		
Impostos	(484,8)	(408,1)	(18,8%)		(309,2)	(56,8%)	(484,8)	(408,1)	(18,8%)				(309,2)	(56,8%)		
Receita operacional líquida	2.033,6	1.621,2	25,4%		1.344,0	51,3%	2.033,6	1.621,2	25,4%				1.344,0	51,3%		
Venda de mercadorias	1.482,4	1.182,7	25,3%		934,9	58,6%	1.482,4	1.182,7	25,3%				934,9	58,6%		
Serviços prestados	551,2	438,4	25,7%		409,1	34,7%	551,2	438,4	25,7%				409,1	34,7%		
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.239,7)	(951,4)	(30,3%)		(802,0)	(54,6%)	(1.239,7)	(951,4)	(30,3%)				(802,0)	(54,6%)		
Lucro bruto	793,9	669,8	18,5%		542,0	46,5%	793,9	669,8	18,5%				542,0	46,5%		
Receitas (despesas) operacionais	(630,0)	(516,2)	(22,0%)		(428,1)	(47,2%)	(649,7)	(529,1)	(22,8%)				(439,7)	(47,8%)		
Vendas	(429,2)	(346,4)	(23,9%)		(287,7)	(49,2%)	(445,6)	(358,1)	(24,4%)				(298,5)	(49,3%)		
Administrativas e gerais	(188,4)	(151,8)	(24,1%)		(125,6)	(50,0%)	(191,7)	(153,0)	(25,3%)				(126,4)	(51,6%)		
Outras despesas operacionais, líquidas	(12,4)	(18,0)	31,1%		(14,8)	15,8%	(12,4)	(18,0)	31,1%				(14,8)	15,8%		
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro Líquido	163,9	153,6	6,8%		114,0	43,8%	144,2	140,7	2,5%				102,3	40,9%		
Resultado Financeiro Líquido	(71,7)	(55,1)	(30,1%)		(66,5)	(7,9%)	(41,3)	(36,0)	(14,5%)				(51,7)	20,2%		
Despesas financeiras	(115,0)	(74,1)	(55,1%)		(82,5)	(39,4%)	(84,6)	(55,1)	(53,6%)				(67,7)	(24,9%)		
Receitas financeiras	43,3	19,0	127,6%		16,0	170,2%	43,3	19,0	127,6%				16,0	170,2%		
Lucro antes do imposto de renda, e da contribuição social	92,2	98,4	(6,3%)		47,5	94,1%	102,9	104,7	(1,6%)				50,6	103,3%		
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(24,0)	(30,6)	21,4%		(17,4)	(38,0%)	(27,7)	(32,7)	15,4%				(18,5)	(49,8%)		
Lucro líquido do exercício	68,2	67,9	0,5%		30,1	126,5%	75,3	72,0	4,6%				32,2	133,9%		

As demais práticas contábeis descritas no item (a) não geraram efeitos significativos para a Companhia.

**(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não aplicável, tendo em vista que não houve ressalvas e ênfases no parecer do auditor independente nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas por conter estimativas ou julgamentos subjetivos considerando situações que, algumas vezes, envolvem cálculos que possam resultar em alterações decorrente de circunstâncias do futuro.

A Administração avalia continuamente as políticas contábeis críticas e entende que são essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais de cada exercício. Ainda que o exercício de projeção, por vezes, carregue incertezas acerca da assertividade de valores futuros, as premissas utilizadas são conservadoras, revistas periodicamente, e baseadas no conhecimento e experiência da Administração, no histórico de informações da própria Companhia, em referências disponíveis no mercado, e no auxílio de especialistas.

### **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado em conformidade com o regime de competência.

A receita de vendas de mercadorias é reconhecida no resultado pelo seu valor justo e quando o controle inerente às mercadorias é transferido para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado de acordo com a efetiva prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita de juros sobre ativos financeiros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial desse ativo.

### **Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda.

O custo médio de aquisição inclui os custos de armazenagem e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de vendas nas lojas, deduzindo de bonificações por atingimento de metas de crescimento recebidas de fornecedores.

As provisões para perdas de estoque são aplicadas sobre mercadorias com baixo giro de estoque. Mudanças nestas estimativas podem afetar nosso resultado.

### **Imobilizado**

Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Despesas relacionadas a reparos e manutenção são reconhecidas diretamente no resultado do exercício quando incorridas.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas nas demonstrações financeiras que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

dos bens e direitos.

Os saldos de imobilizado são submetidos a teste para a verificação de perda de valor ("*Impairment*") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Uma perda por *Impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

### Intangível

Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de amortização acumulada.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas nas demonstrações financeiras, que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens e direitos.

Ativos intangíveis referentes a desenvolvimento de software e implementação de sistemas de gestão, têm seu custo capitalizado quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão superiores ao custo, considerada sua viabilidade econômica e tecnológica, e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas diretamente no resultado do exercício quando incorridas.

Os saldos de intangível são submetidos a teste para a verificação de perda de valor ("*impairment*") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

Uma perda por "*impairment*" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de sua venda, e o valor em uso.

Para os ativos intangíveis com vida útil definida a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente se não houver indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado decorrente de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Quando houver expectativa de recuperação de recursos utilizados na liquidação de uma provisão, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### Provisões para contingências decorrentes de processos de natureza cível e trabalhista

As provisões cíveis e trabalhistas realizadas pela Companhia são revisadas mensalmente considerando a posição atualizada de todos os processos de natureza cível e trabalhista e a evolução e o histórico de valores efetivamente liquidados, uma vez que há probabilidade de saída de recursos como forma de encerrar tais obrigações. Portanto, as estimativas do efeito financeiro são baseadas em transações semelhantes e respaldadas por relatórios de assessores jurídicos.

**Comentários da Administração:** A Administração da Companhia adotou esse critério, pois a análise da série histórica mostra que tais estimativas desempenham bem em mensurar o desembolso exigido para liquidar tais obrigações.

### Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas legais vigentes, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real como permitido pela legislação.

São reconhecidos os impostos diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que sua realização seja provável.

Os impostos diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

**Comentários da Administração:** A Administração da Companhia realiza constantemente análises de viabilidade operacional futura, as quais têm apontado para a ocorrência provável de lucro tributável futuro, possibilitando assim a compensação dos prejuízos passados. A Administração, com base em avaliações passadas, entende que pressupostos utilizados para a avaliação da probabilidade de ocorrência de lucros tributáveis futuros, que envolvem providências internas da administração, são evidências mais concretas, ou melhor administráveis, do que pressupostos que envolvem terceiros ou projeções de mercado que não refletem as particularidades do negócio em que a Companhia opera.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**(iii) Contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****(a) Investimentos****(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos**

Nosso gasto de capital (capex) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 85,1 milhões. Este montante incluiu, principalmente, os gastos de capital relacionados (i) à expansão geográfica, incluindo a inauguração de 70 novas lojas (R\$ 25,6 milhões); (ii) às reformas e revitalizações de lojas, totalizando 55 lojas reformadas, incluindo lojas transformadas para os formatos "Mais Construção", "Mais Construção II" e "Mais Construção III", e também projetos de melhoria operacional (R\$ 15,0 milhões); (iii) aos investimentos em logística e centros de distribuição, tecnologia da informação e outros (R\$43,4 milhões).

Para o exercício social corrente, a Companhia pretende realizar investimento para abertura de 70 (setenta) a 85 (oitenta e cinco) novas lojas. Para mais informações, vide item 11 deste Formulário de Referência. Além disso, a Companhia pretende continuar os investimentos em projetos de transformações de loja para modelos "Mais Construção", de acordo com a disponibilidade de ampliação e novos pontos de lojas.

**(ii) Fontes de financiamento dos investimentos**

As principais fontes de financiamento dos nossos investimentos realizados nos últimos exercícios sociais foram (i) fluxo de caixa gerado por nossas atividades operacionais; (ii) linhas de crédito com os principais bancos (endividamento bancário); e (iii) recursos advindos da oferta pública inicial de ações da Companhia. Além disso, a Companhia pode avaliar a possibilidade de contrair financiamento através de acesso ao mercado de capitais, caso julgue necessário.

**(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia informa que não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

**(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há aquisição já divulgada de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia. Cabe ressaltar que, conforme mencionado no item 7.1 deste Formulário de Referência, nosso modelo de negócio consiste em operar nossas lojas em imóveis alugados, e não por meio da aquisição dos mesmos.

**(c) Novos produtos e serviços****(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.



## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### **(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

### **(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA**

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia de Covid-19 e o impacto acarretado em diferentes setores da economia brasileira. Nossas operações, bem como as operações das sociedades direta ou indiretamente controladas por nós sofreram e continuam a sofrer um impacto relevante em razão das medidas, inclusive de restrição à circulação de pessoas, adotadas a partir de março em todo território nacional como consequência da pandemia da COVID-19, que ocasionaram uma diminuição de forma relevante na circulação de pessoas em vias comuns, shoppings, aeroportos, universidades, hospitais, prédios comerciais, entre outros locais públicos. Além disso, acreditamos que a extensão dos impactos da pandemia nos nossos resultados para os próximos trimestres dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos, imprevisíveis e muitas vezes fora do nosso controle.

Durante todo o período de pandemia, nosso foco principal foi, e continua sendo, a preservação da saúde de nossos colaboradores e clientes, aliado à viabilidade operacional da companhia em um período de muitas incertezas pelo qual passamos. A nossa atuação em setores considerados essenciais, como varejo de material de construção e correspondente bancário, mitigou os impactos negativos durante os períodos de maiores restrições, enquanto o uso de ferramentas digitais e vendas por telefone contribuíram para reduzir o impacto nas vendas de eletrodomésticos e móveis.

Não obstante, considerando a incerteza do cenário relacionado a futuros desdobramentos da pandemia, os impactos que foram avaliados e reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e mencionados neste Formulário de Referência podem sofrer alterações em períodos futuros.

Conforme consta nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, desde o início da pandemia em 2020, a Companhia efetua e atualiza trimestralmente, uma análise nos ativos e passivos sujeitos as estimativas contábeis como provisão para redução ao valor recuperável, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para ajuste ao valor realizável dos estoques, imposto de renda diferido, provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, além de renovar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia.

De acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e tampouco há efeitos na continuidade e/ou estimativas da Companhia que justificariam mudanças nas conclusões destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para mais informações relacionadas sobre riscos relacionados à COVID-19 e possíveis impactos na Companhia, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.